

MISERICÓRDIA DE VILA REAL



Obras de Misericórdia

Corporais

- Dar de comer a quem tem fome
- Dar de beber a quem tem sede
- Vestir os nus
- Dar pousada aos peregrinos
- Assistir os enfermos
- Visitar os presos
- Enterrar os mortos

Espirituais

- Dar bom conselho
- Ensinar os ignorantes
- Corrigir os que erram
- Consolar os tristes
- Perdoar as injúrias
- Suportar com paciência as fraquezas do próximo
- Rezar a Deus por vivos e defuntos

Para além das obras referidas foram acrescentadas mais duas obras pelo Papa Francisco:

Corporal

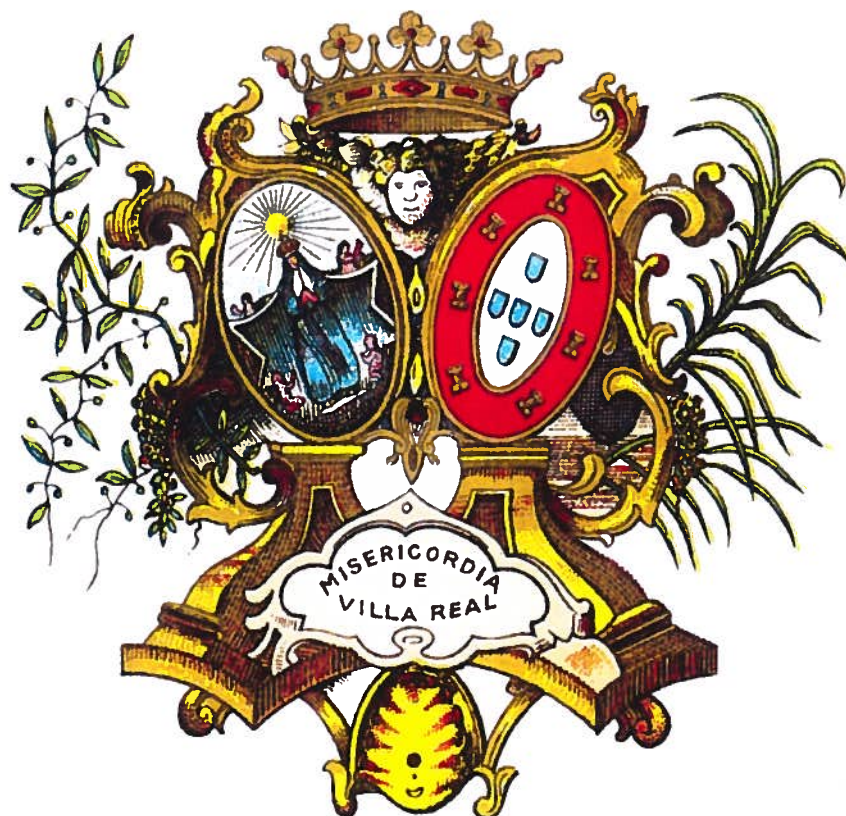
- Os gestos quotidianos que procuram construir um mundo melhor, quebrando a lógica da violência, da exploração e do egoísmo.

Espiritual

- O cuidado da casa comum, pela grata contemplação do mundo que nos permite descobrir qualquer ensinamento que Deus nos quer transmitir por meio de cada coisa.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023







Índice

Notas de Abreviaturas	4
Nota de abertura	5
Capítulo I	6
1. Introdução	6
1.2 Corpos Sociais - 2024-2027	7
1.3 Organograma Institucional	8
1.4 Objetivos e atividades	9
Capítulo II	11
Nota prévia	11
2. Relatório de Gestão	12
2.1 Recursos Humanos	12
2.2 Visão Global da Instituição	14
2.3 Departamento Financeiro	15
2.3.1 Análise da situação económica e financeira	15
Rendimentos	19
Gastos	23
Conclusão	25
Capítulo III	26
3. Gestão Administrativa, Patrimonial e Enquadramento Setorial	26
3.1 Gestão Administrativa e Patrimonial	26
Serviços Internos	26
3.2 Análise ao Desempenho Financeiro por Resposta Social	29
3.2.1 Infância e Juventude	29
3.2.2 Área Sénior	32
ERPI - Estrutura Residencial Para Idosos	32
3.2.3 UCCI – Unidades de Cuidados Continuados Integrados	35
3.2.4 Cantina Social	36
Outras Atividades	37
Capítulo IV	39
PEÇAS CONTABILISTICAS	39
Capitulo V	40
Capítulo VI	41
ANEXO À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERIODO DE 2023	41



Quadro 1 - Número Colaboradores e utentes	12
Quadro 2 - Colaboradores por Resposta Social	13
Quadro 3 - Visão Global Instituição	14
Quadro 4 - Evolução do Resultado Líquido	17
Quadro 5 - Evolução do EBITDA	18
Quadro 6 - Autonomia e Solvabilidade Financeira	18
Quadro 7 - Indicadores de Liquidez	18
Quadro 8 - Análise dos Rendimentos	19
Quadro 9 - Análise das Vendas/Prestação Srrviços	20
Quadro 10 - Rendimentos Prediais	21
Quadro 11 - Valor Anual dos Acordos Cooperação	22
Quadro 12 - Análise dos Gastos 2023	23
Quadro 13 - Lavandaria Geral	27
Quadro 14 - Refeições Servidas	27
Quadro 15 - Cozinhas Com Serviços Partilhados	28
Quadro 16 - Desempenho Financeiro Infância e Juventude	31
Quadro 17 - Quadro 16 - Desempenho Financeiro Lar Imaculada Conceição	33
Quadro 18 -Desempenho Financeiro Lar Hotel	34
Quadro 19 - Desempenho Financeiro SAD	35
Quadro 20 -Desempenho Financeiro UCCI	36
Quadro 21 -Desempenho Financeiro Cantina Social	37
Quadro 22 - Desempenho Financeiro Outras Atividades	38
Gráfico 1 - Análise Posição Financeira	15
Gráfico 2 - Localização Rendimentos Prediais	21
Gráfico 3 - Principais rubricas dos gastos	24
Gráfico 4 - Refeições Servidas	28



Notas de Abreviaturas

MVR - Misericórdia de Vila Real

UCCI - Unidade de Cuidados Continuados Integrados

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SOM - Serviço de Obras e Manutenção

UMP - União da Misericórdias Portuguesas

CNIS - Confederação nacional das Instituições de Solidariedade

BTE - Boletim de Trabalho e Emprego

EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization (Resultado operacional/Resultado antes de depreciação e amortização)





Nota de abertura

De acordo com o artigo 31 do número 1, da alínea h) do Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real a atual Mesa Administrativa empossada para o quadriénio 2024/2027, submete o relatório e contas executado pelo anterior órgão social que cessou funções em 31/12/2023.

Foi um ano marcado ainda pela envolvente dos conflitos em vários pontos do globo, com implicações nos elevados custos das matérias-primas, mercadorias e fontes de energia utilizadas nas diferentes respostas sociais desenvolvidas pela Misericórdia de Vila Real.

No decorrer do ano 2023 foi sentida uma forte pressão sobre os Recursos Humanos, com a aplicação de novas convenções laborais (CNIS/UMP), com agravamento na folha salarial e no recrutamento de recursos humanos. A Misericórdia de Vila Real perde frequentemente colaboradores (Enfermeiros/Ajudante de Lar /Ajudantes de Ação Médica) para outras Instituições, situação que obriga a pagamentos compensatórios de remunerações.

Importa também referir que as negociações sobre as atualizações dos acordos de cooperação para 2023 foram concluídas em fins de Agosto, com uma atualização de 11% nos acordos de respostas residenciais (lares e similares) e centros de dia e 8 % de atualização nos acordos de SAD e nas demais respostas sociais. Relembramos que o “novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”, celebrado em 2021, renova “os compromissos outorgados em 1996, sem que tenham sido atingidos os desejados 50% de comparticipação do Estado.

Neste contexto os Órgão Sociais da Misericórdia de Vila Real procuraram encontrar as soluções para minimizar os elevados custos de funcionamento das diferentes valências da Instituição, e que serão detalhados nos capítulos do presente Relatório.

A Mesa Administrativa





Capítulo I

1. Introdução

No que concerne à concretização das prioridades estratégicas para 2023, importa relembrar que assentavam na conciliação das seguintes prioridades:

- **Princípio da Valorização do Capital Humano**, assegurando que as políticas de recursos humanos no quadro da instituição fossem ajustadas ao cumprimento dos normativos legais e promovessem a estabilidade e motivação das equipas, reforçando as competências através da formação interna.
- **Valorização do Património Imobiliário**, assegurando a continuidade de execução do programa de reabilitação urbana, da construção de um complexo em modelo de parceria e rentabilização da fileira do património imobiliário da S.C.M.V.
- **Inovação e transformação tecnológica**, assegurando que a Inovação nos conduziu à criação de novas estratégias, novas formas de organização de serviços e processos, introduzindo novas funcionalidades e novas formas de inserção na comunidade. A evolução tecnológica com a aquisição de novos equipamentos, novas funcionalidades e novos softwares, possibilitaram uma maior eficiência dos serviços, melhor acesso e qualidade de informação, tornando mais eficaz a gestão dos parques recursos da S.C.M.V.R.
- **Sustentabilidade financeira**, foi assegurada na obtenção e qualidade de mais receitas, na implementação de novas metodologias, de maior rigor de controlo e contenção de despesas, contribuindo para uma sustentabilidade mais duradoura.
- **O envolvimento de toda a Irmandade na Misericórdia** foi e será sempre crucial para o bom desenvolvimento e sustentabilidade e, desta forma, todos criamos uma Instituição mais resiliente e preparada para os novos desafios que se adivinham. É necessário envolver a comunidade e ter capacidade para captar novas pessoas, conhecedoras nas várias áreas do saber e com disponibilidade e elevado sentido de solidariedade e missão.

Nota:

Com a responsabilidade de apresentar um Relatório e Contas de um exercício planeado e executado pelos anteriores Órgãos Sociais, vem a nova equipa validar e submeter à apreciação e deliberação da Irmandade o trabalho realizado, o qual foi superado em relação ao planeado em muitas áreas. E o que ficou por realizar, encontra-se com ações programadas para a boa execução.



1.2 Corpos Sociais - 2024-2027

Mesa da Assembleia-geral

Presidente: José Fortunato Freitas Costa Leite
1º Secretário: Carlos Alberto Costa Almeida
2º Secretário: Maria Ermelida Lopes Sampaio

Conselho Fiscal / Definitório

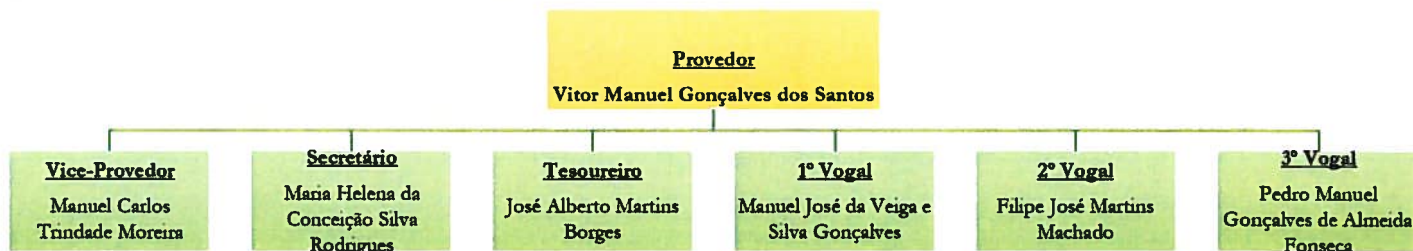
Presidente: Eduardo Luís Varela Rodrigues
Vice-Presidente: Agostinho Mourão Quintelas
Secretário Relator: António José Pádua Correia de Azevedo
1º Suplente: Jorge Armando Pinto Montenegro Machado
2º Suplente: Henrique Santos Silva
3º Suplente: José Pedro Montenegro Figueiredo Chagas Ramos

Mesa Administrativa

Provedor: Vítor Manuel Gonçalves dos Santos
Vice-Provedor: Manuel Carlos Trindade Moreira
Secretário: Maria Helena da Conceição e Silva Rodrigues
Tesoureiro: José Alberto Martins Borges
1.º Vogal: Manuel José da Veiga e Silva Gonçalves
2.º Vogal: Filipe José Martins Machado
3.º Vogal: Pedro Manuel Gonçalves de Almeida Fonseca
1º Suplente: Júlio do Carmo Ferreira Durão
2º Suplente: Carlos Eduardo Sousa Teixeira
3º Suplente: Raúl Aníbal Gouveia da Silva Carvalho
4º Suplente: Cacilda Conceição Azevedo Alves Ribeiro



1.3 Organograma Institucional





1.4 Objetivos e atividades

Objetivos:

- Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Creche;
- Jardim de Infância;
- Área Sénior;
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Cuidados Continuados Integrados;
- Cantina Social.

A organização e funcionamento dos diversos setores de atividades, constam de regulamentos internos, aprovados pela Mesa Administrativa.

Missão

Proporcionar aos seus utentes e à comunidade em geral, serviços estabelecidos com base nos princípios da qualidade, equidade e responsabilidade social, garantindo o desenvolvimento pessoal dos utentes e o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

Visão

A MVR assegura a satisfação das necessidades da comunidade, adequando e diversificando as respostas sociais, de forma contínua, colaborativa e sustentada;

A MVR pretende ser reconhecida, no meio envolvente, como uma instituição de referência na região em que opera, alargando e melhorando os serviços prestados à comunidade, prosseguindo a médio prazo a sua certificação.

Proporcionar formação profissional qualificada aos recursos humanos, de forma a responder às necessidades da Instituição, visando a obtenção da excelência dos serviços prestados nas várias respostas sociais, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes enquanto seres humanos.



Valores

- A Misericórdia de Vila Real pauta a sua atividade pelos seguintes valores:
- Respeito pela dignidade humana;
- Solidariedade;
- Igualdade;
- Rigor e Zelo;
- Integridade;
- Empenho e Cooperação;
- Iniciativa;
- Culto católico;
- Lealdade e honestidade.





Capítulo II

Análise da situação económica e financeira

Nota prévia

a) “IPSS - Verbas provenientes dos Acordos de Cooperação de respostas sociais”

Em novembro de 2023, foi publicado na página da Comissão de Normalização Contabilística, a resposta a uma questão, que sugere a classificação dos valores recebidos pelas IPSS no âmbito de acordos de cooperação típicos, na conta 72 e não na 75, como transcrevo:

a) Se o pagamento da comparticipação o mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (**Conta 72**), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da comparticipação o mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer interdependente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (**Conta 75**).

Por este motivo os movimentos contabilísticos de 2023 foram reclassificados de acordo com a orientação. No entanto alertamos para a não comparabilidade direta (orçamento 2023/ano 2023) e (ano 2023/ano2022) dos valores mencionados na rubrica 72 e na rubrica 75.

b) “Trabalhos para a própria Instituição - Rubrica 74”

Em 2023, por ênfase no relatório de auditoria, a Instituição alterou o procedimento que vinha a ser adotado, deixando de refletir na demonstração de resultados os serviços internamente prestados de alimentação e lavandaria às diversas valências, de modo a não sobrevalorizar os gastos e rendimentos. Por este motivo na comparabilidade das rubricas 74 - Trabalhos para a Própria Instituição não é possível evidenciar qualquer comparação, por outro lado o valor inscrito na rubrica 62 - FSE (Fornecimento e Serviços Externos) também reduziu por não expressar estes valores. A certificação legal das contas emitida relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 deixará de incluir esta reserva.



2. Relatório de Gestão

2.1 Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos da Misericórdia de Vila Real centraliza num departamento a atividade de recrutamento e seleção, formação interna, gestão administrativa da área laboral e processamento salarial, sendo também responsável pela articulação direta com as áreas de apoio jurídico e de medicina do trabalho.

A Misericórdia de Vila Real conta com 203 colaboradores em 2023.

Na área administrativa realçamos as alterações introduzidas nos processos de recrutamento e seleção. Esta área passou a estar centralizada e informatizada, permitindo um acesso mais agilizado à informação e uma articulação mais direta com os potenciais candidatos.

No final do ano anterior e durante o ano de 2023, houve uma necessidade urgente de maior articulação com o gabinete jurídico da UMP, articulação essencial no processo de alteração da legislação laboral aplicada às Misericórdias, após publicação das Portarias de Extensão n.ºs 259/2022 e 260/2022, e consequente aplicação do novo BTE da União das Misericórdias Portuguesas de 15/04/2023. nomeadamente nos procedimentos necessários a uma aplicação que obriga a uma atuação ponderada e devidamente articulada tanto com o cumprimento legal, aplicação no contexto real e respetivo reflexo na área contabilística.

Relativamente ao número de ativos (trabalhadores com vínculo laboral a 31 de dezembro) verificámos que o quadro de pessoal não teve alterações significativas em relação ao ano transato, não havendo possibilidade de reajustamento face aos rácios implícitos na legislação, dado o aumento do número de utentes beneficiários e aumento do grau de dependência dos utentes.

Colaboradores e utentes durante o ano de 2023

	Nº Médio de Utentes Mensalmente	Nº médio de colaboradores ao Serviço Mensalmente
Intervenção Social	437	181
Atividades Complementares*	—	22
	437	203

Quadro 1 - Numero Colaboradores e utentes



Colaboradores por Resposta social a 31 de dezembro

Nº Trabalhadores		
Valências	Ano 2023	Ano 2022
CRECHE	39	39
JARDIM-DE-INFÂNCIA	12	12
FLORINIAS	17	17
CENTRO DE APOIO À VIDA	3	4
Total Infância e Juventude	71	72
LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	41	38
APOIO DOMICILIÁRIO	9	11
LAR HOTEL	29	27
Total Terceira Idade	79	76
UCCI	31	28
SOM	1	1
CANTINA SOCIAL	1	1
LAVANDARIA	6	6
COZINHA	8	8
Total Outras actividades	47	44
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/SECRETARIA	6	7
Total Serv. Administ. - Sede	6	7
Total Geral	203	199

Quadro 2 - colaboradores por Resposta Social



2.2 Visão Global da Instituição

Resposta Social	Utentes Abrangidos pelo Acordo	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal Por utente	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
INFÂNCIA E JUVENTUDE								
CRECIII	121	123	39	Sim	556,01 €	464,91 €	-91,10 €	328,12 €
JARDIM-DE-INFÂNCIA	75	75	12	Sim	424,73 €	339,52 €	-85,21 €	175,23 €
FLORINHAS	42	27	17	Sim	1.737,48 €	1.635,69 €	-101,79 €	854,67 €
CENTRO DE APOIO À VIDA	10	4	3	Sim	1.901,93 €	1.744,60 €	-157,32 €	647,94 €
Valências Abrangidos pelo Acordo	Utentes	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal Por utente	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
TERCEIRA IDADE								
LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	58	66	41	Sim	1.569,35 €	1.243,76 €	-325,59 €	503,54 €
LAR HOTEL	—	29	29	Sim	2.136,64 €	1.625,93 €	-510,70 €	—
Valências Protocoladas	Camas	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por Cama	Rendimento Médio mensal Por Cama	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
UCCI	27	27	31	Protocolo Cooperação	3.263,17 €	2.961,14 €	-302,03 €	
Valências Abrangidos pelo Acordo	Utentes	Média de Utentes	Nº Médio de colaboradores	Acordo de Cooperação	Custo médio mensal por utente	Rendimento Médio mensal Por utente	Diferencial	Valor Atribuído pelo Acordo
FAMÍLIA E COMUNIDADE								
APOIO DOMICILIÁRIO	59	51	9	Sim	507,39 €	535,76 €	28,36 €	350,23 €
CANTINA SOCIAL	—	21	1	Protocolo Cooperação				3,0€/refeição

SAÚDE - Taxa Média de Ocupação em 2023 - 96,87%

Quadro 3 - Visão Global Instituição



2.3 Departamento Financeiro

2.3.1 Análise da situação económica e financeira

Nos termos da alínea c) do artigo 21º do Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período de 2023. Apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise. A informação legalmente exigível faz parte integrante da demonstração financeira intitulada Anexo. Apresentamos ainda informação complementar, que permite uma melhor compreensão das contas que se apresentam para apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Evolução do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais

RUBRICAS	2023		2022		2021	
Ativo não corrente	8.633.384,96 €	88,17%	8.760.570,90 €	88,05%	8.710.034,46 €	91,47%
Ativo corrente	1.158.802,95 €	11,83%	1.189.397,16 €	11,95%	812.265,21 €	8,53%
Total ativo	9.792.187,91 €		9.949.968,06 €		9.522.299,67 €	

RUBRICAS	2023		2022		2021	
Fundo de Capital	8.472.760,99 €	86,53%	8.841.711,42 €	88,86%	8.721.347,88 €	91,59%
Passivo não corrente	271.753,32 €	2,78%	141.734,44 €	1,42%	0,00 €	0,00%
Passivo corrente	1.047.673,60 €	10,70%	966.432,20 €	9,71%	800.951,79 €	8,41%
Total Capital Próprio e Passivo	9.792.187,91 €		9.949.878,06 €		9.522.299,67 €	

Análise Posição Financeira

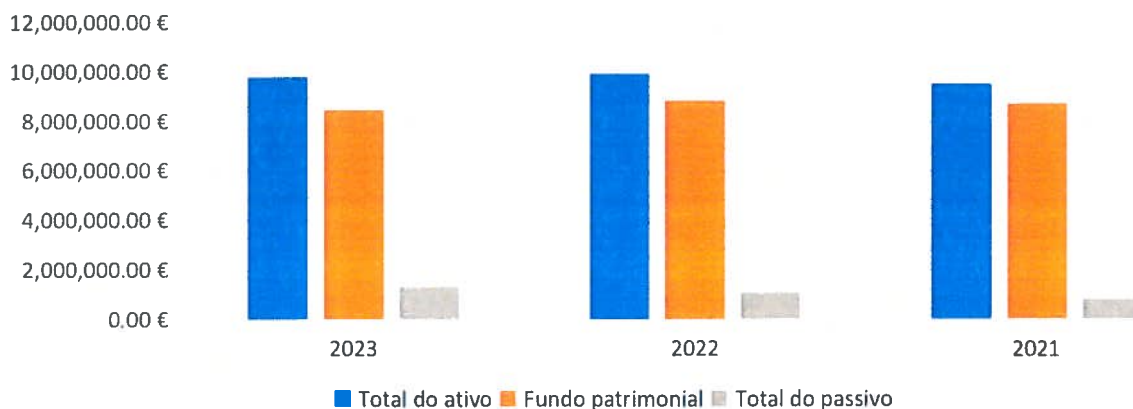


Gráfico 1- Análise Posição Financeira



O ativo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, sofreu um ligeiro impacto negativo durante o período em análise, devido essencialmente às depreciações do ano.

O Valor registado na rubrica de investimentos em curso de ativos fixos tangíveis respeita ao que a seguir é apresentado:

Investimentos em curso	Valor Investido
Reconstrução Rua Misericórdia 80	19.158,04 €
Obras - Palacete das Irmãs Virtudes	474.180,13 €
Obras Remodelação Cozinha/Telhado L.I.C- PARES.3	30.435,25 €
Casa Rua da Fábrica	192.390,90 €
Saldo Geral	716.164,32 €

No que se refere à reconstrução de edificado, em ruínas, ou ampliação e modernização da cozinha do Lar Imaculada Conceição, passamos a explicar o seguinte, relativamente aos principais projetos:

- **O Palacete das Virtudes - Vila Real**, edifício legado à **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real** pela nossa maior benemérita D. Virgínia Rosa Teixeira, Madame Brouillard, reiniciada a remodelação em 2019, com a finalidade de se tornar um centro interpretativo da MVR. Obras estas que ficaram suspensas em fins de 2021 por força das contingências ocorridas à época;
- **Reconstrução de um prédio, na rua da Fábrica**, objeto de uma candidatura ao abrigo do IFRRU, encontrava-se a 31 de dezembro já com 75% de conclusão da obra;
- **Reconstrução de um prédio na rua da Misericórdia**, iniciadas as obras em 2023, mas ainda numa fase inicial de reconstrução;
- **Cozinha e Telhado, no Lar Imaculada Conceição**, investimento apoiado ao abrigo do PARES.3, estando a 31 de dezembro 2023 em processo de análise e avaliação de documentos para iniciar o processo de análise de caderno de encargos, procedimentos do concurso, mapa de medições e anúncio em plataforma pública de contratação.



Evolução do Resultado Líquido

Os resultados do exercício económico de 2023 ficaram aquém do orçamentado, tendo apresentado um resultado negativo de **311.890,47€**. Esta divergência ficou essencialmente a dever-se à subida do SMN, atualizações das tabelas salariais e à taxa de inflação que levou ao aumento de preço dos bens de primeira necessidade.

Demonstração de Resultados	Orçamento 2023	2.023	2.022	2.021
Vendas e serviços prestados	2.286.182,08 €	4.051.966,24 €	2.242.978,57 €	2.073.674,05 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.966.033,09 €	317.077,07 €	1.953.684,25 €	1.793.151,10 €
Trabalhos para a própria entidade	765.000,00 €	0,00 €	810.900,83 €	733.482,67 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	340.214,74 €	360.920,71 €	336.777,08 €	336.323,74 €
Fornecimentos e serviços externos	1.871.340,19 €	1.210.817,72 €	2.036.297,77 €	1.807.801,44 €
Gastos com o pessoal	3.504.810,42 €	3.575.251,22 €	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	851.664,08 €	821.186,35 €	786.950,45 €	746.980,04 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,00 €
Outros gastos	0,00 €	13.986,26 €	76.355,64 €	21.969,69 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA	152.513,90 €	29.253,75 €	-116.638,41 €	-59.375,93 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	365.000,00 €	332.721,09 €	324.571,30 €	331.781,64 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT	-212.486,10 €	-303.467,34 €	-441.209,71 €	-391.157,57 €
Juros e gastos similares			0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	5.000,00 €	8.423,13 €	1.080,91 €	17,81 €
Resultados Líquido	-217.486,10 €	-311.890,47 €	-442.290,62 €	-391.175,38 €

Quadro 4-Evolução do Resultado Líquido



Evolução do EBITDA (Resultados Operacionais)

Demonstração de Resultados	Orçamento 2023	2023	2022	2021
Vendas e serviços prestados	2.286.182,08 €	4.051.966,24 €	2.242.978,57 €	2.073.674,05 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.966.033,09 €	317.077,07 €	1.953.684,25 €	1.793.151,10 €
Trabalhos para a própria entidade	765.000,00 €	0,00 €	810.900,83 €	733.482,67 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	340.214,74 €	360.920,71 €	336.777,08 €	336.323,74 €
Fornecimentos e serviços externos	1.871.340,19 €	1.210.817,72 €	2.036.297,77 €	1.807.801,44 €
Gastos com o pessoal	3.504.810,42 €	3.575.251,22 €	3.411.722,02 €	3.240.568,92 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	851.664,08 €	821.186,35 €	786.950,45 €	746.980,04 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,00 €
Outros gastos	0,00 €	13.986,26 €	76.355,64 €	21.969,69 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA	152.513,90 €	29.253,75 €	-116.638,41 €	-59.375,93 €

Quadro 5- Evolução do EBITDA

A autonomia financeira da instituição mantém-se acima da linha dos 80%.

	2023	2022	2021
Autonomia Financeira	86,53%	88,86%	91,59%
Solvabilidade Financeira	6,42	7,98	10,89

Quadro 6- Autonomia e Solvabilidade Financeira

Este indicador traduz a percentagem do ativo que está a ser financiada pelos Fundos Patrimoniais da Instituição.

O rácio de solvabilidade foi de 6,42 em 31 de dezembro de 2023 (7,98 em 31 de dezembro de 2022, 10,89 em 31 de dezembro de 2021). Este indicador traduz a capacidade que a instituição apresenta pelos Fundos Patrimoniais para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento.

No que respeita aos indicadores de Liquidez:

Indicadores de Liquidez	2023	2022	2021
Liquidez Geral	1,11	1,23	1,01
Liquidez Reduzida	1,04	1,17	0,94
Liquidez Imediata	0,12	0,28	0,38

Quadro 7- Indicadores de Liquidez



A liquidez geral é o rácio que permite analisar se a Instituição tem capacidade para transformar todo o seu ativo corrente em dinheiro, pagar todas as suas obrigações do passivo corrente. Examinando o indicador de liquidez geral, apresenta um valor nos últimos 3 anos sempre superior a 1, portanto os valores dos ativos correntes são superiores ao seu passivo corrente logo têm um baixo risco para os seus credores sendo que a realização dos ativos correntes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo. No que respeita à liquidez reduzida verifica-se que, na média dos últimos 3 anos o indicador é relativamente baixo o que indica que os meios financeiros líquidos são insuficientes em relação ao seu passivo corrente, logo a instituição demonstra que tem tido uma gestão imediata de tesouraria um pouco deficitária, no entanto nunca deixou de cumprir com as suas obrigações de curto prazo.

Rendimentos

Os rendimentos de 2023 registaram as seguintes variações:

Decomposição da Rubrica de Rendimentos

Rendimentos		Orçamento 2023	2023	2022	Variação 2023 vs orç. 2023	Variação 2023 vs 2022
					Valor	Valor
71/72	Vendas e serviços prestados	2.286.182,08 €	4.051.966,24 € ¹	2.242.978,57 €	1.765.784,16 €	1.808.987,67 €
74	Trabalhos para a própria entidade	765.000,00 €	0,00 €	810.900,83 €	-765.000,00 €	-810.900,83 €
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.966.033,09 €	317.077,07 € ¹	1.953.684,25 €	-1.648.956,02 €	-1.636.607,18 €
76	Reversões	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €
78	Outros Rendimentos e ganhos	851.664,08 €	821.186,35 €	786.793,57 €	-30.477,73 €	34.392,78 €
79	Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	156,88 €	0,00 €	-156,88 €
		5.868.879,25 €	5.190.229,66 €	5.794.514,10 €	-678.649,59 €	-604.284,44 €

Quadro 8- Análise dos Rendimentos

As rubricas com maior realce designadas de grandes rubricas são as apresentadas na tabela abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2023, um total de **5.190.229,66 €**, as vendas e prestações de serviços apresentam uma variação positiva significativa pela alteração das políticas contabilísticas de acordo com, in <https://www.occ.pt/pt-pt/noticias/noticias-tecnicas-29-de-novembro-de-2023>

¹ Alteração de políticas contabilísticas do rédito com entrada em vigor em novembro de 2023



“Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).”

No entanto ressaltamos mesmo assim no que respeita aos valores recebidos das prestações de serviços tivemos uma variação:

- 2,12% (46 833,41€), tendo o seu peso nos rendimentos totais da instituição de 1,24%.

Resposta Sociais/Rendimentos (mensalidades)	2023	2022	2021	Variação	
				Valor	Δ 2023/2022
Creches	84.751,71 €	141.753,76 €	136.566,80 €	-57.002,05 €	-67,26%
Jardins de Infância	102.066,90 €	105.197,17 €	121.046,35 €	-3.130,27 €	-3,07%
Escola Donas de Casa	1.100,00 €	1.200,00 €	1.200,00 €	-100,00 €	-9,09%
Apoio Domiciliário	97.053,87 €	101.097,04 €	73.424,21 €	-4.043,17 €	-4,17%
Unidade Média Duração e Reabilitação da RNCCI	937.736,22 €	942.500,49 €	885.197,14 €	-4.764,27 €	-0,51%
Lar Imaculada Conceição* inclui alojamento temporário	473.964,25 €	435.018,81 €	398.085,69 €	38.945,44 €	8,22%
Centros de Dia	0	0,00 €	1.469,16 €	0,00 €	
Lar Hotel	525.265,35 €	467.579,85 €	405.684,70 €	57.685,50 €	10,98%
Serviços Secundários	34.455,05 €	15.432,82 €	19.485,37 €	19.022,23 €	55,21%
Quotizações	4.940,00	4.720,00 €	4.620,00 €	220,00 €	4,45%
Totais	2.261.333,35 €	2.214.499,94 €	2.046.779,42 €	46.833,41 €	2,11%

Quadro 9- Análise das Vendas/Prestação de serviços

- com um incremento de 0,34% face ao ano anterior

	Rendimentos	2023	2022	Variação
721	Serviços prestados	2.261.333,35 €	2.214.499,94 €	46 833,41 €



Na rubrica de outros rendimentos estão registados os valores referentes ao arrendamento dos imóveis de Lisboa e Vila Real, a imputação de subsídios para investimento, e outros de carácter pontual:

Rendimentos Prediais

Localização do arrendamento	Valor Mensal	
Prédios Vila Real	5.624,42 €	9,54%
Prédio Lisboa	53.316,94 €	90,46%
Totais	58.941,36 €	

Quadro 10- Rendimentos Prediais

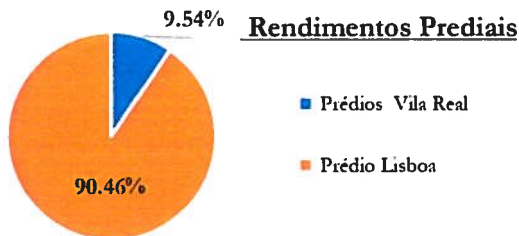


Gráfico 2- Localização Rendimentos Prediais

Subsídios ao Investimentos

A contabilização de subsídios ao investimento ou à exploração assume alguma complexidade e, talvez por isso, motivou alterações de interpretação da própria CNC – Comissão de Normalização Contabilística, quanto à metodologia, por esse motivo os subsidio destinados ao investimento ou seja, subsídios respeitantes a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil, definida estão vindo a ser imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo (balanceando-os com os gastos relacionados - depreciações / amortizações):

Rubrica	2023	2022	2021
Subsídios ao Investimento			
PIDDAC	28307,14 €	28.307,14 €	28.307,14 €
Outros	23669,4 €	27.502,95 €	21.502,95 €
FEDER/NOVO NORTE	5083,42 €	5.083,42 €	5.083,42 €
	57.059,96 €	60.893,51 €	54.893,51 €



Outros rendimentos

A verba reconhecida em Outros rendimentos, pela sua natureza extraordinária nunca conseguem ser estimados pela sua natureza extraordinária, tais como:

Outros Rendimentos	2023	2022	2021
Correções por excesso estimada de custos	4.471,59 €	1.911,51 €	1.286,68 €
Correções Relativas a anos anteriores	7.690,01 €	5.236,66 €	12.354,91 €
Outros não especificados	20.879,34 €	9.132,62 €	8.620,79 €
Totais	33.040,94 €	16.280,79 €	22.262,38 €

Subsídios, doações e legados à exploração

Decomposição da rubrica de subsídios à exploração em 2023, comparativamente aos últimos três anos.

Dentro da rubrica dos subsídios destaca-se a contribuição do Centro Regional da Segurança Social, em função dos protocolos estabelecidos com a MVR:

Comparticipações por Equipamento Social	Comparticipação (Cooperação) 2020	Comparticipação (Cooperação) 2021	Comparticipação (Cooperação) 2022	Comparticipação (Cooperação) 2023
Florinhas da Neve	386.245,47 €	400.150,80 €	434.802,11 €	454.234,58 €
Creche	417.281,14 €	433.628,11 €	505.055,32 €	582.709,33 €
Jardim	250.074,20 €	247.453,60 €	225.815,25 €	161.986,55 €
Centro de Apoio à Vida- CAV	69.690,00 €	72.199,20 €	75.991,14 €	80.617,67 €
Centro de Dia	13.319,00 €	6.213,42 €	0,00 €	0,00 €
Lar Imaculada Conceição	299.664,99 €	320.195,35 €	376.768,23 €	427.956,35 €
Apoio Domiciliário	178.475,55 €	174.580,80 €	228.800,15 €	227.065,67 €
PEA- Cantina Social	16.802,50 €	13.110,00 €	13.735,00 €	17.340,00 €
	1.631.552,85 €	1.667.531,28 €	1.860.967,20 €	1.951.910,15 €

Quadro 11 - Valor Anual dos Acordos Cooperação



Gastos

As rubricas de maior relevo designadas de grandes rubricas são as apresentadas na tabela abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de **5.502.120,13 €**, mais 6,69% (24 143,63€) face ao ano de 2022 e mais 6,09% (20 705,97€) face ao valor orçamentado:

				Varição 2023 vs orç. 2023	Varição 2023 vs 2022	
Gastos		Orçamento 2023	2023	2022	Valor	Valor
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	340.214,74 €	360.920,71 €	336.777,08 €	20.705,97 €	24.143,63 €
62	Fornecimentos e serviços externos	1.871.340,19 €	1.210.817,72 € ²	2.036.297,77 €	-660.522,47 €	-825.480,05 €
63	Gastos com o pessoal	3.504.810,42 €	3.575.251,22 €	3.411.722,02 €	70.440,80 €	163.529,20 €
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	365.000,00 €	332.721,09 €	324.571,30 €	-32.278,91 €	8.149,79 €
67	Provisões	0,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,00 €	-50.000,00 €
68	Outros gastos e perdas	0,00 €	13.986,26 €	76.355,64 €	13.986,26 €	-62.369,38 €
69	Juros e gastos similares suportados	5.000,00 €	8.423,13 €	1.080,91 €	3.423,13 €	7.342,22 €
		6.086.365,35 €	5.502.120,13 €	6.236.804,72 €	-584.245,22 €	-734.684,59 €

Quadro 12- Análise dos Gastos 2023

Antes de passarmos à comparação de valores e respetiva explanação das divergências encontradas temos de ressaltar que este ano 2023, já foram adotadas as políticas contabilísticas que têm vindo a ser recomendadas pela equipa de Revisores, e, que este ano deixamos de contabilizar os trabalhos para a própria Instituição como rendimento, e os gastos são automaticamente imputados às respostas sociais de acordo com a utilização dos serviços internos, tais como, Lavandaria e Cozinha Geral. Nesta análise a comparabilidade de contas é apenas na rubrica 62.

Passamos assim à análise dos gastos de acordo com a sua expressividade nos gastos totais da Instituição:

À semelhança do ano anterior, a rubrica de gastos com pessoal, apresenta a maior fatia no valor total dos gastos, com um peso de 65%, e um valor de 3.575.251,22 €, com um acréscimo de 4,57% em relação a 2022 (163 529,20 €), e um acréscimo de 1,97% (70 440,80 €) face ao valor

² Alteração do reconhecimento dos trabalhos para a própria instituição por imputação direta dos custos por recomendação do ROC



orçamentado. Este acréscimo é justificado pelo aumento do salário mínimo nacional e dos respetivos encargos.

Peso das principais rubricas dos gastos nos totais de gastos da Instituição:

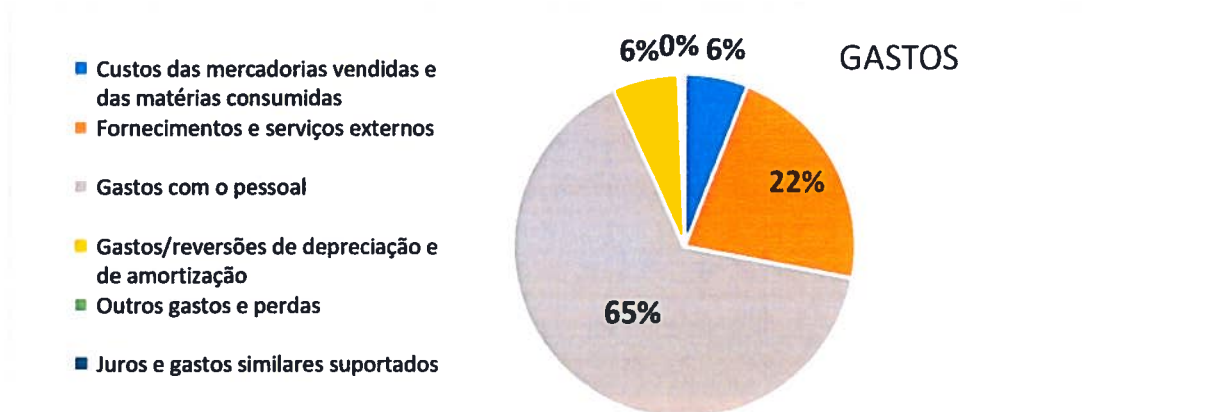


Gráfico 3- Principais rubricas dos gastos

Os fornecimentos e serviços externos, a segunda maior rubrica com um peso de 22% no total dos gastos, apresenta um valor de 1.210.817,72 €, nesta rubrica e para uma melhor compreensão na comparabilidade com o orçamento e com o gasto do ano anterior, ressaltamos que este ano de 2023 a Instituição já não evidenciou os trabalhos/consumos para a própria Instituição e afetou diretamente os gastos aos respetivos consumidores de acordo com os próprios consumos. Por esse motivo deixamos de registar proveito e por outro lado não afetamos a rubrica dos gastos com esta verba, ou seja, menos rendimentos por um lado e menos gastos por outro.

A rubrica de mercadorias vendidas e matérias consumidas regista essencialmente os consumos de artigos de higiene pessoal e saúde dos utentes e a aquisição de bens alimentares fornecidos na ajuda alimentar, de acordo com as necessidades das respetivas respostas sociais.

Os outros gastos representam nem 1% dos gastos totais de 2023, ascendem a 13.986,26 € e apresentam uma diminuição de 62 369,38 € em relação a 2022.



Conclusão

Durante o ano de 2023, agilizaram-se práticas de melhoria de controlo das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2023. Num ano em que a subida acentuada dos preços foi um desafio para a gestão, sempre com o foco de garantir o melhor serviço aos utentes, o controlo das despesas é um processo em reavaliação permanente no sentido da melhoria de eficácia na utilização dos recursos existentes, todos eles utilizados em prol dos utentes e da valorização da instituição.

O resultado líquido do período apresenta um valor negativo de **311 890,47 €**, muito influenciado pela subida acentuada dos preços dos bens e serviços, pela subida do SMN, e, pela não ocupação de algumas das nossas respostas sociais no limite esperado em orçamento.

Face ao que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

- Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2023.
- Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - ✓ Que o resultado líquido negativo de 2023 no valor de 311 890,47 € seja transferido para a conta de Resultados Transitados.





Capítulo III

3. Gestão Administrativa, Patrimonial e Enquadramento Setorial

3.1 Gestão Administrativa e Patrimonial

O Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial tem uma ação transversal a toda a Misericórdia, tendo por missão zelar e cumprir, tanto pelo Património, em todas as suas vertentes, como por todos os serviços transversais centrais, e como missão principal servir as Respostas Sociais para que consigam ter as melhores condições de funcionamento e conforto, garantindo o melhor bem-estar aos nossos Utentes.

O ano de 2023 consolidou a ação do departamento, de extrema exigência, pelos conflitos que afetam a Europa, e convergiram para o agravamento nos preços de todos os bens indispensáveis para o funcionamento das Respostas Sociais.

Foi dentro deste quadro económico e social que tivemos de gerir a atividade de 2023, nunca deixando de ter e fazer o necessário para minimizar todas as consequências da situação política mundial.

Serviços Internos

Serviços de Lavandaria

O ano de 2023 foi um ano de funcionamento normal, onde o espaço da Lavandaria operou transversalmente para toda a Misericórdia, conseguindo cumprir com todas as metas estabelecidas. O parque de máquinas instalado neste serviço é composto por: uma máquina de lavar de 20Kg e duas calandras, duas máquinas de lavar de 14 kg e duas de secar, também elas com a capacidade para o mesmo peso, e uma vaporeta.

Este serviço, é desenvolvido por 6 colaboradoras, cumprindo com o tratamento da roupa de todas as valências da Instituição.



Em 2023 o serviço efetuado para as Respostas Sociais distribui-se da seguinte forma:

Resposta Social	Quantidades (kg)	Peso %
Escola Donas de Casa	9.912	15,34%
Creche	3.612	5,59%
Jardim Infância	3.048	4,72%
Lar Imaculada Conceição	33.420	51,71%
Apoio Domiciliário	2.052	3,17%
UCCI	5.532	8,56%
Lar Hotel	7.056	10,92%
Total	64.632	

Outras Atividades	Kg de roupa entregues- média 2023	Kg de roupa entregues- 2022
Lavandaria	64.632	64.764

Quadro 13- Lavandaria Geral

Serviços Cozinha Geral

Refeições Consumidas 2021 a 2023

Outras Atividades	Nº de refeições Confecionadas- 2023	Nº de refeições Confecionadas- 2022	Nº de refeições Confecionadas- 2021
Cozinha Geral	150.778	175.253	167.930

Quadro 14- Refeições Servidas

No ano de 2023 continuou-se com a gestão da Cozinha Geral, conforme o deliberado nos anos anteriores, onde se centraliza toda a alimentação fornecida aos nossos utentes e colaboradores. Durante o ano foram produzidas no total 150.778 refeições, que foram acondicionadas e entregues nos vários refeitórios da Instituição. No seu global foram confecionadas menos 2,3 % das refeições que no ano transato. A estabilização do quadro de pessoal da cozinha geral da Misericórdia de Vila Real, com os seguintes colaboradores: 1 nutricionista afeta a todas as respostas sociais, 3 cozinheiras principais e 5 ajudantes de cozinha.



Gráfico - Evolução Geral das refeições Consumidas 2021 a 2023



Gráfico 4- Refeições Servidas

Por outro lado temos mais duas cozinhas secundárias:

- Cozinha do Lar Hotel que distribui refeições pelos utentes do Lar Hotel e UCCI, e, colaboradores de ambas as valências acrescentando os colaboradores dos Serviços Administrativos e secretaria
- Cozinha da Creche e distribui refeições pelos utentes da Creche, Jardim de Infância.

Refeições Consumidas 2021 a 2023

Serviços Partilhados	Nº de refeições Confeccionadas- 2023	Nº de refeições Confeccionadas- 2022	Nº de refeições Confeccionadas- 2021
Cozinha - Creche	81.234	79.306	72.570
Cozinha Lar Hotel	88.757	92.460	75.396
	169.991	171.766	147.966

Quadro 15- Cozinhas Com Serviços Partilhados



3.2 Análise ao Desempenho Financeiro por Resposta Social

A Misericórdia de Vila Real tem uma atuação num conjunto alargado de áreas de atuação, que ao longo dos seus cinco séculos de existência foi adequando às necessidades da comunidade. Em 2023, por força da reorganização dos serviços e do crescimento da atividade com respostas sociais, verificou-se a necessidade de proceder a uma melhor organização de todos os serviços que prestamos.

A lógica organizacional assenta em 5 áreas de intervenção: Infância e Juventude, Terceira Idade, Saúde, Apoio à Família e Comunidade. Todas as áreas de atuação funcionam em equipamentos físicos dispersos pelo Concelho Vila Real, com as equipas de recursos humanos necessárias e de acordo com os acordos de cooperação estabelecidos com as tutelas de cada área de atuação, em articulação com os serviços centrais partilhados na sua ação diária.

3.2.1 Infância e Juventude

A área da Infância e Juventude responde às necessidades da comunidade com soluções educativas e formativas, assim como de apoio à família, na conciliação entre a vida pessoal e familiar. Atualmente a Instituição tem quatro respostas concretas nesta área de atuação: a Creche, a Educação Pré-Escolar, Casa de Acolhimento Residencial (Florinhas da Neve) e Centro de Apoio à Vida.

Esta situação consciente e voluntária, comprova o alcance social destas nossas obras sociais de apoio à infância, diga-se às famílias, na medida em que, somados os apoios do Estado e as contribuições dos pais, essa importância não perfaz o custo médio por utentes. Senão veja-se:

1. Nas Florinhas da Neve e no Centro de Apoio à vida (CAV) não é expectável que algum dia, as receitas cubram as despesas, pela especificidade da sua natureza 100% social sem qualquer apoio financeiro dos utentes e famílias e sobrevivem unicamente graças ao financiamento pela Misericórdia de Vila Real.
2. Na creche, em 2023 foram abrangidos pela gratuidade cerca 65% dos seus utentes, sendo os restantes incluídos na medida de apoio ao 1º e 2º escalão. 17,5% pagaram a mensalidade apurada de acordo com os rendimentos de cada família. O rendimento obtido nesta tripartida ficou aquém do custo médio de 556.01 euros por utente. Isto é, o valor atribuído



de 460,00€/mês não cobriu a despesa do custo médio. Na situação dos utentes do 1 e 2 escalão cuja mensalidade apurada até 75 euros foi suportada pelo Estado no valor de 328,12 euros, também foi inferior ao custo médio. Por último, os utentes que nasceram antes de setembro de 2021 e não se enquadram nas medidas atrás descritas pagaram a mensalidade de acordo com o cálculo da participação familiar, média de mensalidade 115€, acrescida do valor do acordo de 328,12€, também não cobrindo o custo médio de 556,01€. Assim, esta reposta social fechou o ano 2023 com um resultado negativo de **134.457,29 €**.

3. O pré escolar está em risco de continuidade por dois motivos: a resposta na rede pública existe e está em crescimento no concelho, e o financiamento do Estado é manifestamente insuficiente para o normal funcionamento desta resposta social o que se traduz num prejuízo financeiro para a Instituição, com um resultado negativo de **76.685,95 €**.



(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS					
	Florinhas da Neve	Creche	Jardim de Infância	Centro de Apoio à Vida-CAV	2023	2022
Vendas e serviços prestados	345.489,75	671.379,46	266.340,02	81,67	1.283.290,90	252.747,58
Custo das vendas e dos serviços prestados	-20.640,86	-27.818,38	-17.454,53	-1.844,85	-67.758,62	-59.197,10
Resultado Bruto	324.848,89	643.561,08	248.885,49	-1.763,18	1.215.532,28	193.550,48
Subsídios, doações e legados à exploração	163.111,69	7.817,18	38.638,49	83.427,53	292.994,89	1.306.391,97
Outros Rendimentos	21.351,46	6.975,44	573,56	228,99	29.129,45	104.607,20
Fornecimentos e serviços externos	-132.559,41	-100.489,94	-56.017,08	-14.052,24	-303.118,67	-397.629,91
Gastos com o Pessoal	-370.768,51	-672.022,52	-290.270,85	-62.413,72	-1.395.475,60	-1.355.353,49
Gastos de depreciação e de amortização	-35.108,75	-18.782,97	-17.740,47	-12.860,25	-84.492,44	-81.267,10
Outros gastos	-3.690,66	-1.005,26	-500,84	-78,66	-5.275,42	-10.491,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-32.815,29	-133.946,99	-76.431,70	-7.511,53	-250.705,51	-240.192,53
Gastos de financiamento (líquidos)	-175,17	-545,80	-271,93	-42,71	-1.035,61	-49,65
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	11,40	35,50	17,68	2,80	67,38	47,34
Resultado líquido do período	-32.979,06	-134.457,29	-76.685,95	-7.551,44	-251.673,74	-240.194,84

Nº Médio de Utentes	27	123	75	4
Custo médio por Utente	-1.737,48 €	-556,01 €	-424,73 €	-1.901,93 €
Rendimento Médio por Utente	1.635,69 €	464,91 €	339,52 €	1.744,60 €
≠ apurada por utente por mês	-101,79 €	-91,10 €	-85,21 €	-157,32 €

Quadro 16 - Desempenho Financeiro Infância e Juventude



3.2.2 Área Sénior

ERPI - Estrutura Residencial Para Idosos

Estabelecimento ao abrigo de um Acordo de Cooperação:

ERPI- “Lar Imaculada Conceição”

À semelhança do ano anterior, o objetivo estratégico referente à sustentabilidade foi bastante desafiante. A situação económica vivida atualmente, perante um cenário de aumentos consecutivos dos bens essenciais, como a eletricidade, o gás, entre outros, não favoreceu a sustentabilidade da resposta social. Além disto, mantiveram-se os gastos em pessoal. O aumento do custo de vida acabou por se refletir na diminuição da capacidade financeira das famílias, o que resultou em pedidos de redução ou isenção do pagamento da comparticipação dos descendentes. Foi imprescindível olhar de forma mais rigorosa para estas situações e para alcançar o equilíbrio financeiro. As reavaliações das mensalidades foram executadas nos prazos definidos para o efeito e foi possível a liquidação de alguns valores em dívida, ainda que este seja um trabalho evolutivo e constante.

Considera-se, portanto, que este objetivo não foi atingido na sua totalidade. Porém o rigor financeiro e o desenvolvimento de estratégias alternativas são essenciais para garantir a sustentabilidade da resposta social, que continua a evidenciar um resultado negativo de **257.865,70 €**

Nunca será demais esclarecer que estamos perante um equipamento construído com financiamento público, que tem acordo a 100% da sua capacidade com o Instituto da Segurança Social e que a Misericórdia de Vila Real cumpre com a sua Missão, acolhe as pessoas com maiores fragilidades e de maior carência económica. Poderão constatar as evidências através dos valores das comparticipações familiares, em que a média se situa no valor de 641,45€, acrescidos da comparticipação do ISS no valor de 503,34€ e o custo de referência de um idoso em ERPI está calculado em 1 569,35€.

Mantemos o foco que uma das grandes preocupações da Diretora técnica e da Mesa Administrativa é acompanhar com regularidade o impacto financeiro dos utentes e seus familiares na prossecução dos objetivos basilares desta resposta.



(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar 3ª Idade 'Imaculada Conceição'	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	935.815,99	462.197,21 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-47.081,89	-35.137,68 €
Resultado Bruto	888.734,10	427.059,53 €
Subsídios, doações e legados à exploração	7.934,91	387.549,96 €
Outros Rendimentos	41.278,39	37.271,66 €
Fornecimentos e serviços externos	-387.051,17	-526.271,54 €
Gastos com o Pessoal	-744.009,03	-541.248,19 €
Gastos de depreciação e de amortização	-61.637,89	-58.431,07 €
Outros gastos	-2.673,07	-548,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-257.423,76	-274.617,65 €
Gastos de financiamento (líquidos)	-472,68	-11,83 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30,74	11,27 €
Resultado líquido do período	-257.865,70	-274.618,21 €
Nº Médio de Utentes	66	66
Custo médio por Utente	1.569,35 €	1.422,36 €
Rendimento Médio por Utente	1.243,76 €	1.119,99 €
≠ apurada por utente por mês	-325,59 €	-302,37 €

Quadro 17- Quadro 16 - Desempenho Financeiro Lar Imaculada Conceição

Estabelecimento Residencial para Idosos -Privado

“Lar Hotel”

O Lar Hotel, no ano de 2023 ainda não se conseguiu equilibrar os gastos com os rendimentos, um objetivo elementar para a sustentabilidade desta resposta social, ou seja, os rendimentos gerados foram insuficientes para os gastos necessários ao seu funcionamento, tendo encerrado o ano 2023 com um resultado líquido negativo de 177.724,32 €.

Será também este setor social aquele onde a Mesa Administrativa num curto espaço de tempo terá de tomar medidas de forma a garantir a sua sustentabilidade .

Poderão constatar-se as evidências através dos valores médios das mensalidades de 1 625,93€, e o custo de referência de um idoso em Lar Hotel está calculado em 2 136,64€.



(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	LAR HOTEL	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	552.201,10	482.257,69
Custo das vendas e dos serviços prestados	-97.135,95	-142.411,01
Resultado Bruto	455.065,15	339.846,68
Subsídios, doações e legados à exploração	5.252,40	5.120,74
Outros Rendimentos	8.352,95	103.957,36
Fornecimentos e serviços externos	-121.912,72	-177.459,61
Gastos com o Pessoal	-497.058,69	-459.563,77
Gastos de depreciação e de amortização	-26.631,46	-24.979,46
Outros gastos	-525,31	-1.213,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-177.457,68	-214.291,79
Gastos de financiamento (líquidos)	-285,20	-10,79
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	18,56	10,27
Resultado líquido do período	-177.724,32	-214.292,31

Nº Médio de Utentes	29	30
Custo médio por Utente	2.136,64 €	2.237,88 €
Rendimento Médio por Utente	1.625,93 €	1.642,63 €
≠ apurada por utente por mês	-510,70 €	-595,26 €

Quadro 18-Desempenho Financeiro Lar Hotel

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário, é prestado 7 dias por semana, em 365 dias por ano. É uma das nossas valências onde se pode visualizar a autossustentabilidade, ou seja, apenas com as mensalidades dos utentes e as comparticipações da Segurança Social, terminou este ano com um resultado líquido positivo de **17.359,22 €**.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) assegura a prestação de cuidados individualizados ao utente no seu domicílio, de forma a dar resposta às suas necessidades, sendo os serviços mais prestados a higiene pessoal, a alimentação e a higiene habitacional. À semelhança de anos anteriores, as despesas com combustível, manutenção de viaturas e gastos com o pessoal constituíram a maior percentagem de despesas da resposta social. O ano de 2023 foi positivo tendo-se alcançado o objetivo de promover a sustentabilidade da resposta social, é importante que se continue a monitorizar e a implementar medidas adicionais para garantir a sustentabilidade financeira e operacional a longo prazo.



(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Apoio Domiciliário	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	324.414,16	101.775,23
Custo das vendas e dos serviços prestados	-7.572,89	-2.045,78
Resultado Bruto	316.841,27	99.729,45
Subsídios, doações e legados à exploração	2.965,14	231.558,29
Outros Rendimentos	492,15	883,17
Fornecimentos e serviços externos	-76.925,42	-114.626,17
Gastos com o Pessoal	-222.538,08	-199.181,91
Gastos de depreciação e de amortização	-1.373,36	-4.378,13
Outros gastos	-1.908,90	-7.884,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17.552,80	6.099,87
Gastos de financiamento (líquidos)	-207,02	-18,23
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	13,44	17,38
Resultado líquido do período	17.359,22	6.099,02

Nº Médio de Utentes	51	55
Custo médio por Utente	507,39 €	497,17 €
Rendimento Médio por Utente	535,76 €	506,42 €
≠ apurada por utente por mês	28,36 €	9,24 €

Quadro 19- Desempenho Financeiro SAD

3.2.3 UCCI – Unidades de Cuidados Continuados Integrados

A UCCI integra-se na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e tem como missão proporcionar conforto, bem-estar e cuidados de saúde e humanos, prevenindo o agravamento de situações de dependência e promovendo a autonomia das pessoas, numa perspetiva de solidariedade social e empowerment. A nossa UCCI, devido reestruturação do seu quadro de pessoal, por conseguinte o aumento dos gastos com pessoal e por vicissitudes internas levaram a uma decisão de organização do seu modelo de trabalho levando a um resultado líquido negativo acima do que era expectável para esta área de intervenção.



Evidencia-se de seguida o desempenho no decurso de 2023:

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Area Saúde	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	937.569,31	942.427,62
Custo das vendas e dos serviços prestados	-139.581,29	-85.970,43
Resultado Bruto	797.988,02	856.457,19
Subsídios, doações e legados à exploração	5.437,09	5.641,76
Outros Rendimentos	16.382,94	12.123,75
Fornecimentos e serviços externos	-208.233,91	-300.806,13
Gastos com o Pessoal	-660.544,86	-603.339,21
Gastos de depreciação e de amortização	-46.615,20	-46.314,04
Provisões do período	0,00	-50.000,00
Outros gastos	-1.993,28	-53.634,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-97.579,20	-179.871,24
Gastos de financiamento (líquidos)	-298,48	-12,60
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19,38	12,01
Resultado líquido do período	-97.858,30	-179.871,83
Nº Médio de Camas Ocupadas	27	27
Custo médio por cama	3.263,17 €	3.518,76 €
Rendimento Médio por cama	2.961,14 €	2.963,60 €
≠ apurada por cama por mês	-302,03 €	-555,16 €

Quadro 20-Desempenho Financeiro UCCI

3.2.4 Cantina Social

A Cantina Social é um programa de emergência alimentar participado pelo ISS, que visa assegurar o acesso ao fornecimento de refeições confeccionadas diariamente, que se destinam a famílias ou indivíduos economicamente desfavorecidos.

O valor que foi apoiado pelo ISS de 3,00 € em 2023, ficou muito aquém de cobrir os custos associados a este serviço, pessoal, carrinha, géneros alimentares, custos diretos para os confeccionar, o custos com os descartáveis onde as refeições são acondicionadas para entregar aos utentes deste serviço.

Poderão constatar as evidências onde o custo médio diário por refeição ascende em media a 5,44€.



(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Cantina Social	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	17.337,55	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	-994,92	-129,23
Resultado Bruto	16.342,63	-129,23
Subsídios, doações e legados à exploração	726,00	13.735,00
Outros Rendimentos	1.496,62	1.203,01
Fornecimentos e serviços externos	-14.238,25	-23.611,52
Gastos com o Pessoal	-20.528,44	-17.776,72
Gastos de depreciação e de amortização	-5.382,40	-5.340,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-21.583,84	-31.920,36
Resultado líquido do período	-21.583,84	-31.920,36

	21	22
Nº Médio de Utentes/DIA		
Custo médio diário por Utente	5,44 €	5,92 €
Rendimento Médio diário por Utente	3,10 €	2,26 €
≠ apurada por utente por mês	-2,34 €	-3,65 €

Quadro 21-Desempenho Financeiro Cantina Social

Outras Atividades

Dentro das outras atividades que não estando diretamente afetas obras sociais, são indiretamente o seu apoio e sustentabilidade, estamos a falar no património que nos foi legado e que a Misericórdia está a rentabilizar para que as fragilidades apresentadas nas nossas Reposta sociais possam de alguma forma ser colmatadas com os rendimentos prediais que vamos obtendo nos prédios arrendados em Vila Real e em Lisboa:



(Valores em euros)

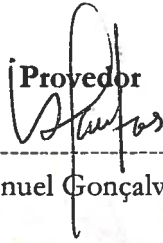
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS					
	Serviço de Obras e Manutenção	Agricultura/Pecuária	Rendas Prediais	Património	2023	2022
Vendas e serviços prestados	-12,20	1.153,00	-24,69	221,12	1.337,23	1.573,24
Custo das vendas e dos serviços prestados	-21,68	-509,28	0,00	-264,19	-795,15	-2.658,05
Resultado Bruto	-33,88	643,72	-24,69	-43,07	542,08	-1.084,81
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	1.766,64	1.766,64	3.686,53
Outros Rendimentos	2,12	0,00	723.752,76	142,09	723.896,97	700.094,17
Fornecimentos e serviços externos	-7.610,74	-9.545,60	-48.600,86	-33.580,38	-99.337,58	-77.403,78
Gastos com o Pessoal	-17.828,67	0,00	-2.010,52	-15.257,33	-35.096,52	-26.804,76
Gastos de depreciação e de amortização	-13,84	-1.314,03	-65.911,30	-39.349,17	-106.588,34	-102.477,40
Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00	-306,00	-1.304,28	-1.610,28	-2.582,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-25.485,01	-10.215,91	606.899,39	-87.625,50	483.572,97	493.427,11
Gastos de financiamento (líquidos)	0,00	0,00	-420,54	-5.703,60	-6.124,14	-977,81
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	7,38	7,38	58,61
Resultado líquido do período	-25.485,01	-10.215,91	606.478,85	-93.321,72	477.456,21	492.507,91

Quadro 22- Desempenho Financeiro Outras Atividades

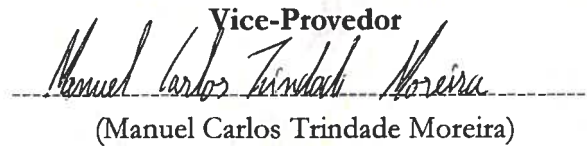


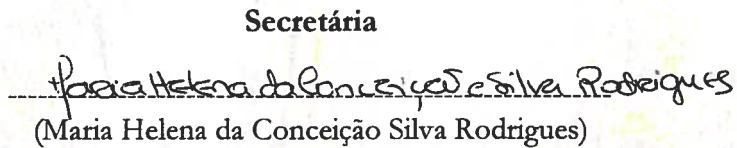


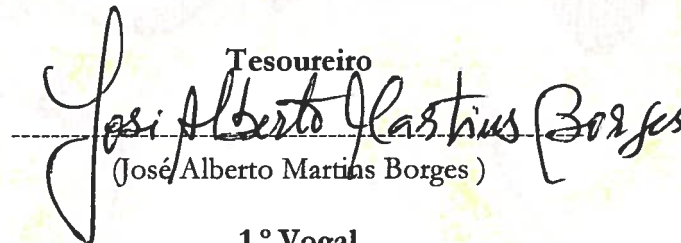
A Mesa Administrativa

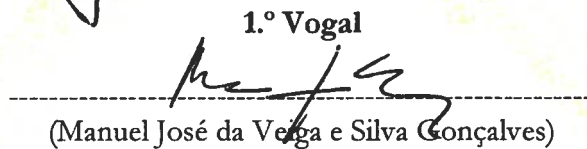
Provedor


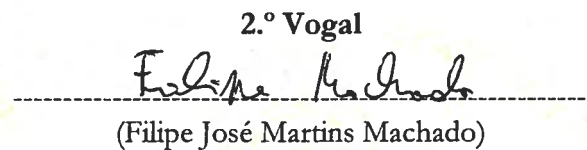
(Vítor Manuel Gonçalves dos Santos)

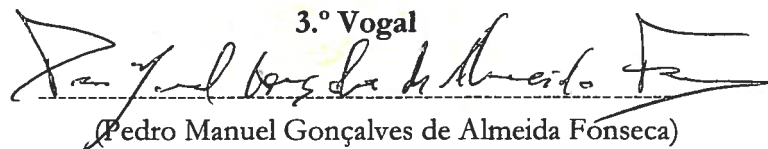
Vice-Provedor

(Manuel Carlos Trindade Moreira)

Secretária

(Maria Helena da Conceição Silva Rodrigues)

Tesoureiro

(José Alberto Martins Borges)

1.º Vogal

(Manuel José da Veiga e Silva Gonçalves)

2.º Vogal

(Filipe José Martins Machado)

3.º Vogal

(Pedro Manuel Gonçalves de Almeida Fonseca)

Aprovado em Assembleia-Geral de ___/___/___

Mesa da Assembleia-Geral





Capítulo IV

PEÇAS CONTABILÍSTICAS



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

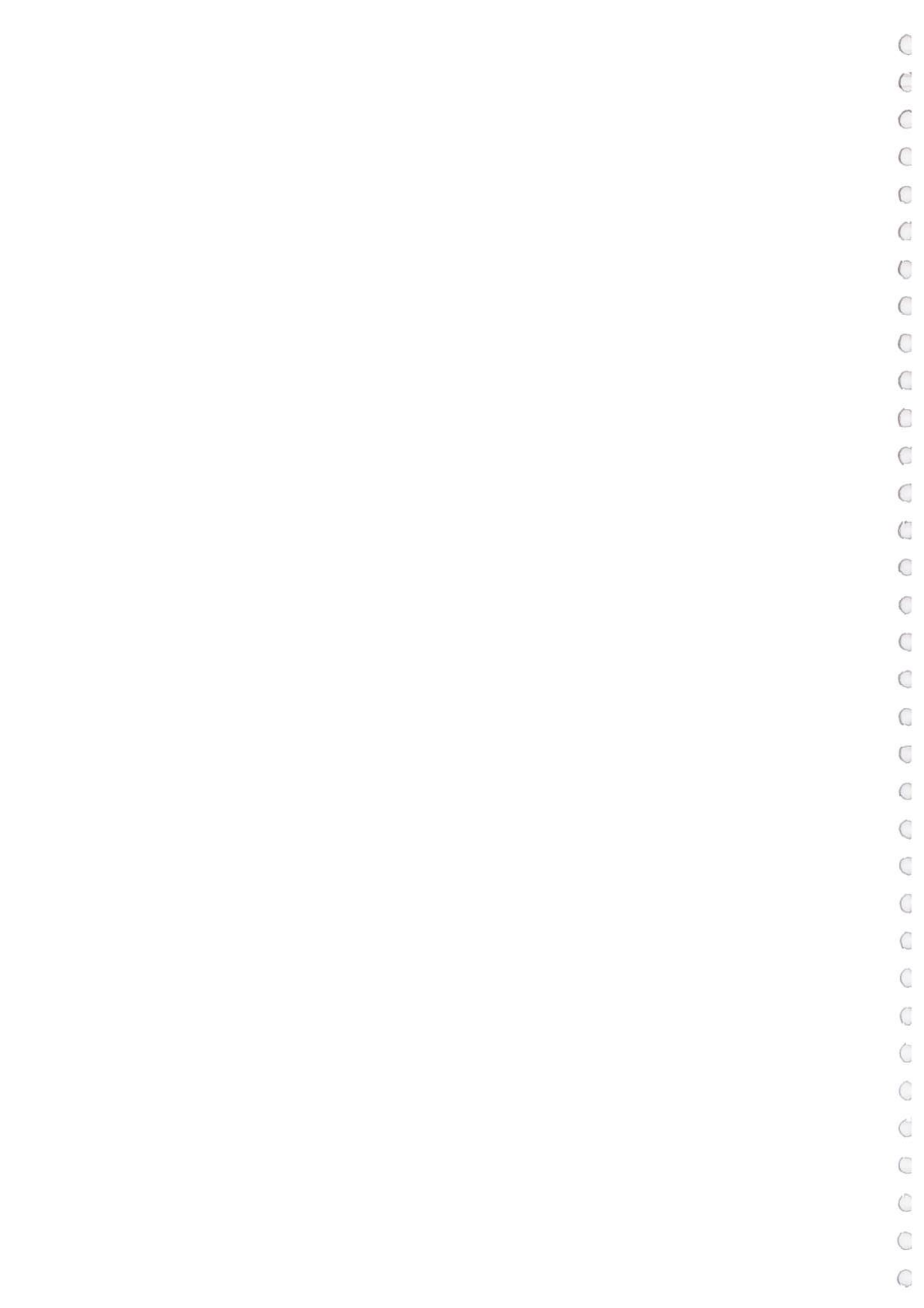
Contribuinte : 500843090
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7.713.230,03	7.846.677,46
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	882.776,65	882.776,65
Investimentos financeiros		37.378,28	31.116,79
		8.633.384,96	8.760.570,90
Activo corrente			
Inventários	8	67.787,00	58.422,93
Créditos a receber	14.3	221.309,11	234.851,86
Estado e outros entes públicos	14.9	15.163,48	18.151,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	1.890,00	2.825,00
Diferimentos	14.5	62.691,56	33.040,11
Outros ativos correntes	14.4	661.861,97	574.649,30
Caixa e depósitos bancários	14.6	128.099,83	267.456,62
		1.158.802,95	1.189.397,16
Total do ativo		9.792.187,91	9.949.968,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.7	1.516.678,29	1.516.678,29
Resultados transitados	14.7	5.155.661,09	5.597.951,71
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	2.112.312,08	2.169.372,04
		8.784.651,46	9.284.002,04
Resultado Líquido do Exercício		-311.890,47	-442.290,62
Total dos fundos patrimoniais		8.472.760,99	8.841.711,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários - Passivo Não Corrente	7	267.253,32	87.234,44
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Provisões	10	4.500,00	54.500,00
		271.753,32	141.734,44
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	102.608,37	104.584,13
Estado e outros entes públicos	14.9	105.296,22	159.878,74
Empréstimos bancários - Passivo Corrente	7	167.150,38	10.915,56
Diferimentos	14.5	55.477,31	96.337,53
Outros passivos correntes	14.10	617.141,32	594.716,24
		1.047.673,60	966.432,20
Total do passivo		1.319.426,92	1.108.166,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.792.187,91	9.949.968,06

A Mesa Administrativa

 Filipa Mendes

O Contabilista

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Contribuinte : 500843090

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022 reexpressas
Vendas e serviços prestados	9	4.051.966,24	3.917.824,39
Subsídios, doações e legados à exploração	11	317.077,07	278.838,43
Trabalhos para a própria entidade		0,00	810.900,83
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-360.920,71	-336.777,08
Fornecimentos e serviços externos	14.1	-1.210.817,72	-2.036.297,77
Gastos com o pessoal	12	-3.575.251,22	-3.411.722,02
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	-50.000,00
Outros rendimentos	14.3	821.186,35	786.950,45
Outros gastos	14.13	-13.986,26	-76.355,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.253,75	-116.638,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	-332.721,09	-324.571,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-303.467,34	-441.209,71
Juros e gastos similares suportados	7;14.14	-8.423,13	-1.080,91
Resultados antes de impostos		-311.890,47	-442.290,62
Resultado líquido do período		-311.890,47	-442.290,62

A Mesa Administrativa

O Contabilista

Filipe Kuhl

F3M - Information Systems, SA
processado por computador



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real- NIF 500843090
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

UNIDADE MOEDATÁRIA (1)

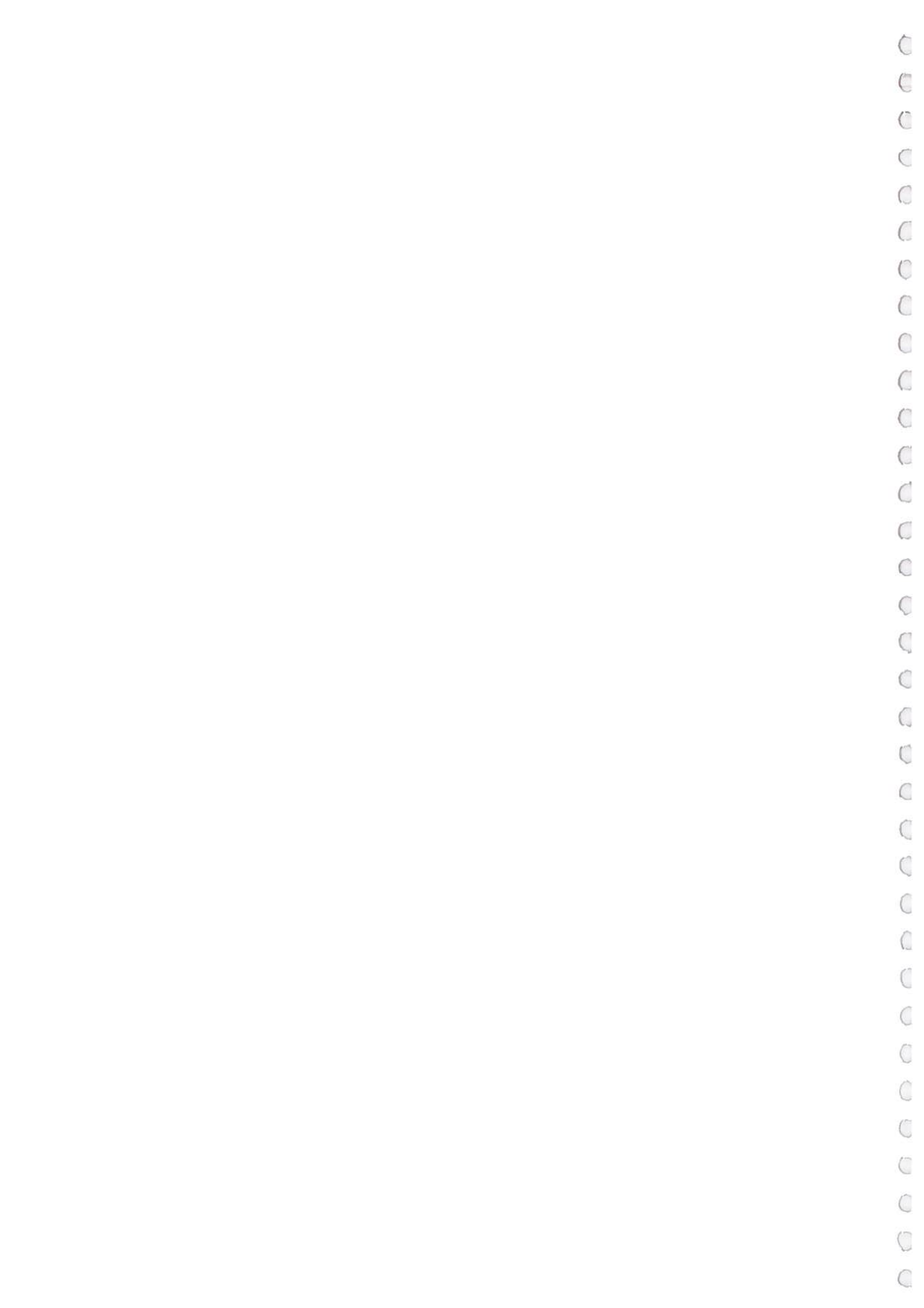
Descrição	NOTAS	Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		1.516.670,29	0,00	5.297.351,71	2.169.271,04	-442.290,62	8.841.711,42	8.841.711,42	8.841.711,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	-442.290,62	0,00	442.290,62	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	-442.290,62	0,00	442.290,62	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	-311.890,47	-311.890,47	-311.890,47	-311.890,47
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	-57.059,96	0,00	-57.059,96	-57.059,96	-57.059,96
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	-57.059,96	0,00	-57.059,96	-57.059,96	-57.059,96
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023		1.516.670,29	0,00	5.155.661,09	2.112.312,06	-311.890,47	8.672.760,99	8.672.760,99	8.672.760,99

O Contabilista



A Mesa Administrativa



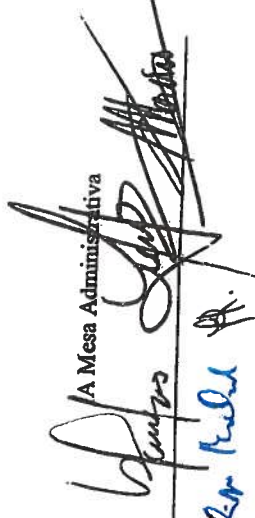


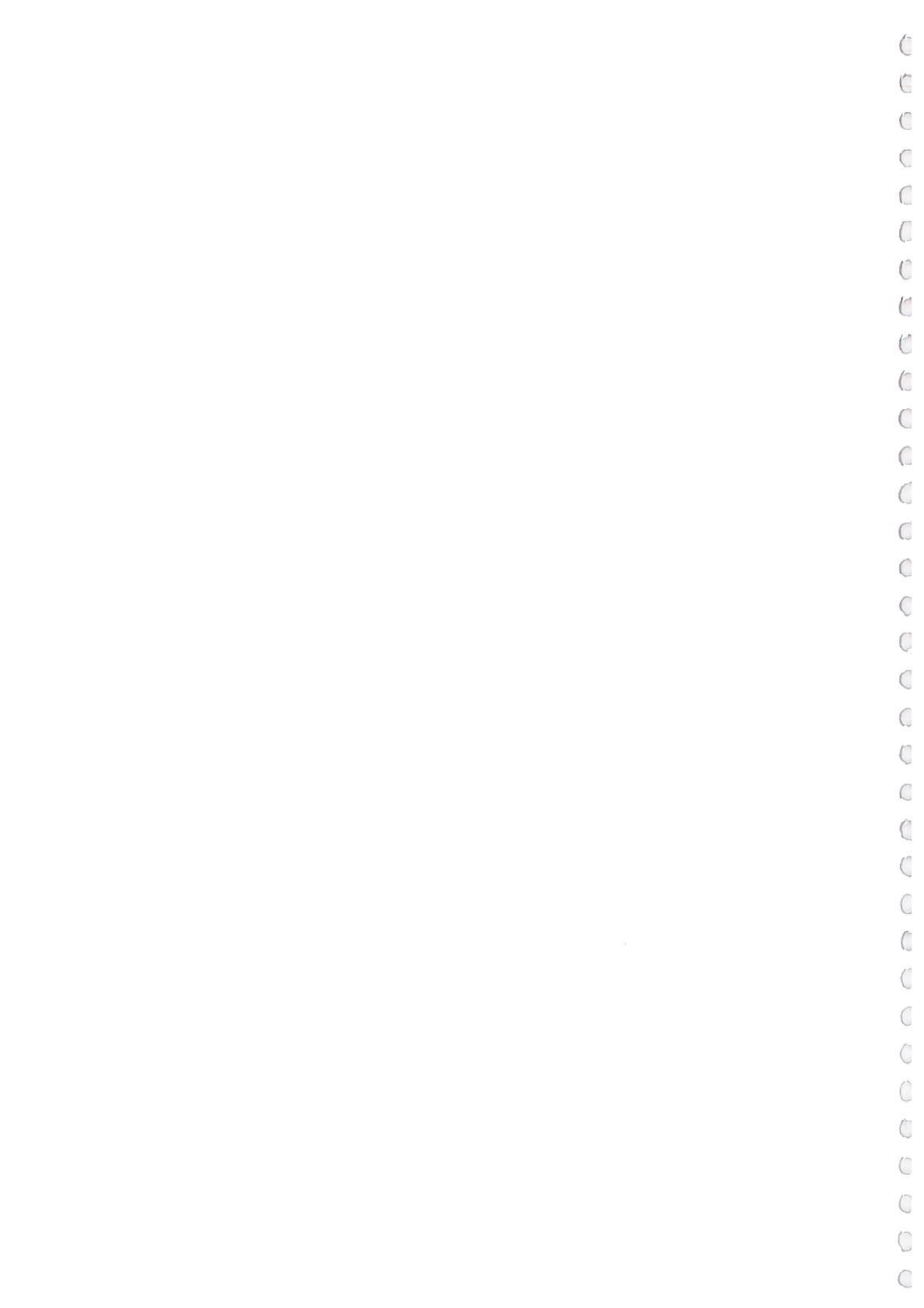
Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real - NIF 500843090

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Descrição	NOTAS	Fundos	Reservas	Resultados Transmitedos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Ingressos que não controlam		Total dos Fundos Patrimoniais
							Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		1.516.678,29	0,00	5.598.127,99	1.696.717,98	-391.175,38	8.721.247,88		8.721.247,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	-391.175,38	562.654,16	391.175,38	562.654,16		562.654,16
		0,00	0,00	-391.175,38	562.654,16	391.175,38	562.654,16		562.654,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	-442.290,62	-442.290,62		-442.290,62
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO 2022		1.516.678,29	0,00	5.597.951,71	2.169.372,04	-442.290,62	8.841.711,42		8.841.711,42

O Contabilista


 A Mesa Administrativa
 F. Mesa
 F. Mesa



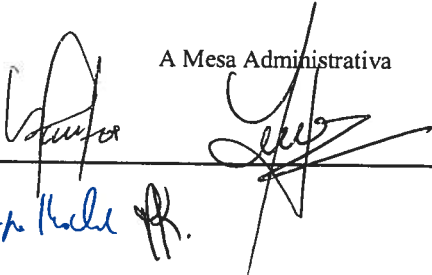
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

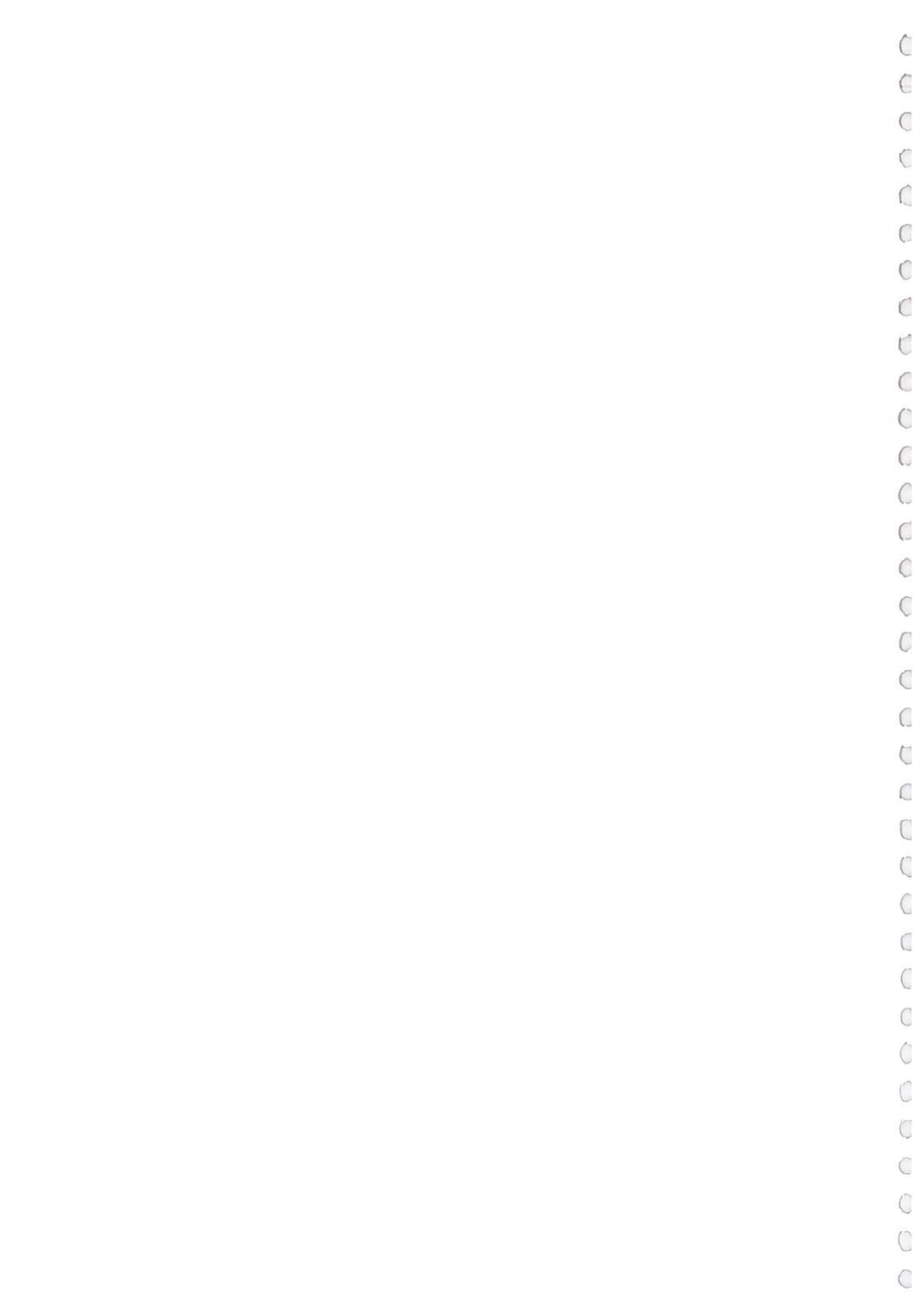
RÚBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	9	2.322.130,76	2.144.678,67
Pagamentos a fornecedores	12	-1.611.919,14	-1.683.850,37
Pagamentos ao pessoal		-3.575.480,93	-3.175.597,44
Caixa gerada pelas operações		-2.865.269,31	-2.714.769,14
Outros Recebimentos e pagamentos	11	-2.569.789,13	-2.706.405,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-295.480,18	-8.363,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-174.348,09	-151.760,42
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		0,00	23.932,77
Juros e rendimentos similares		156,88	156,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-174.191,21	-127.670,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.200.834,03	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	-862.096,30	-97.159,09
Juros e gastos similares	7	-8.423,13	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		330.314,60	97.159,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-139.356,79	-38.875,42
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		267.456,62	306.332,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		128.099,83	267.456,62

A Mesa Administrativa

O Contabilista


 Felipe Kuche R.







MAPA DE CONTROLO DOS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO(S)
 ANO 2023 (1)
 MISS
 NIPC

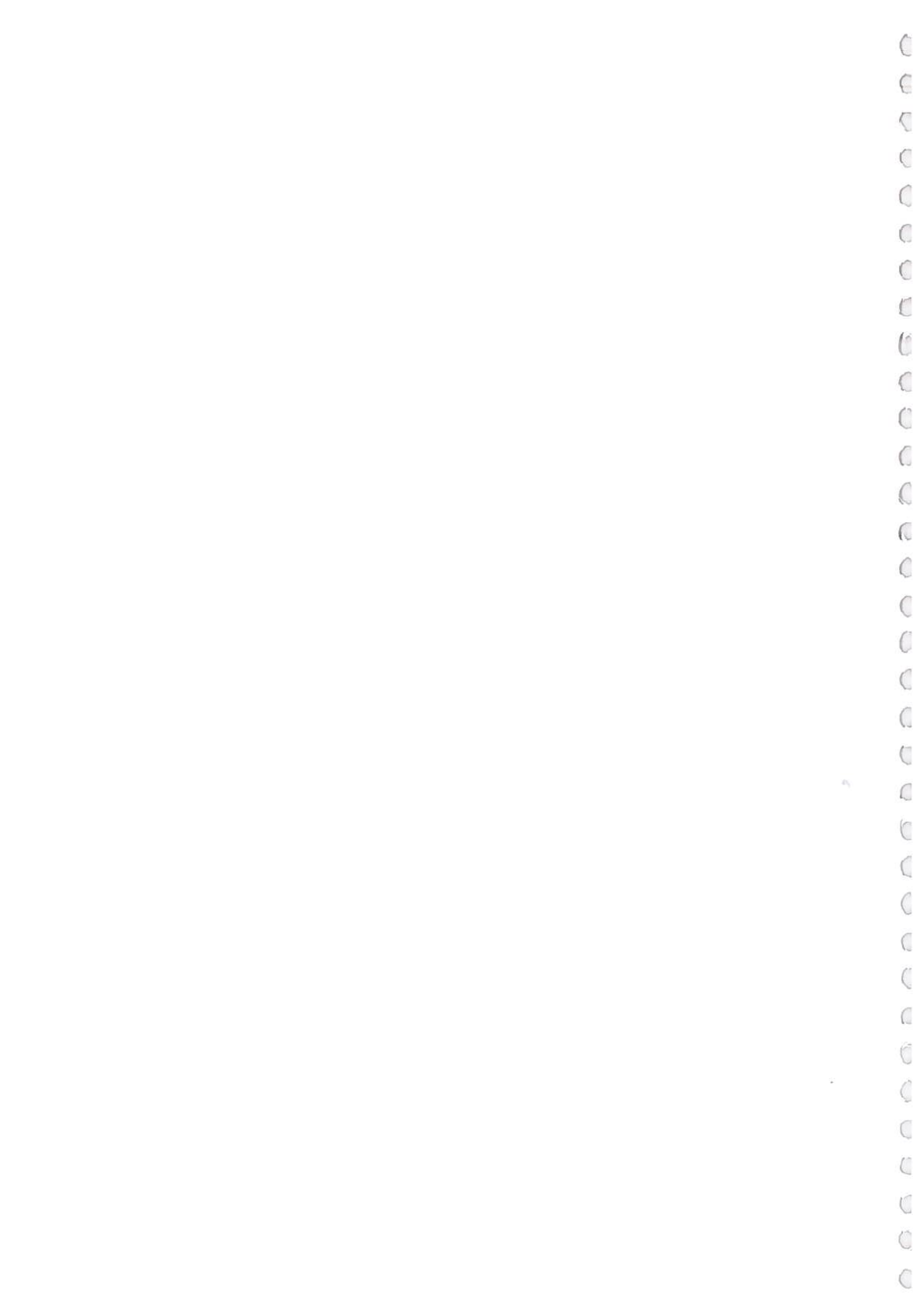
CG
 Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST. (1)	VALOR TOTAL EMPREEND. (2)	TAXA DE AMORTIZ. (3)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (4)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (4)	
					2023 (5)	2022 (6)	2021 (7)	2020 (8)	2019 (9)		A débito (10)	A crédito (11)	Depreciação (12)		
593	SUBSÍDIOS														
5931	PIDDAC														
593101	Lar Juvem - Investimento agora imputado à valência Lar 3ª Torre	2002	489.583,35 C	2,00%	9.391,67 C	9.391,67 C	3.242,19 C	3.242,19 C	9.391,67 C	272.358,34 C	9.391,67 C			0,00 C	
593102	Lar Escola Donas de Casa	2002	832.095,31 C	2,00%	16.641,91 C	16.641,91 C	11.572,35 C	11.572,35 C	16.641,91 C	482.615,28 C	16.641,91 C			262.966,68 C	
593103	UAL-ACTUALMENTE UCCI	2006	113.678,00 C	2,00%	2.273,56 C	2.273,56 C	5.745,05 C	5.745,05 C	2.273,56 C	75.027,48 C	2.273,56 C			465.973,37 C	
	...														
5932	OUTROS														
593202	C.R.S.S - AUTO 19(LAR 3ª IDADE)	2002	162.109,32 C	2,00%	3.242,19 C	3.242,19 C	11.572,35 C	11.572,35 C	3.242,19 C	94.023,41 C	3.242,19 C			90.781,22 C	
593201	LAR DE IDOSOS	2002	578.617,54 C	2,00%	11.572,35 C	11.572,35 C	5.745,05 C	5.745,05 C	11.572,35 C	335.599,17 C	11.572,35 C			324.025,82 C	
593203	C.R.S.S - LAR HOTEL	2002	287.252,50 C	2,00%	5.745,05 C	5.745,05 C	347,80 C	347,80 C	5.745,05 C	172.351,50 C	5.745,05 C			166.606,45 C	
593204	C.C.R.N - Igreja Antigo Hospital, Igreja Misericórdia)	2002	17.399,09 C	2,00%	347,80 C	347,80 C	595,56 C	595,56 C	347,80 C	10.086,25 C	347,80 C			9.142,93 C	
593205	DGAL - (MUSEU)	2004	29.778,00 C	2,00%	595,56 C	595,56 C	36.111,32 C	36.111,32 C	595,56 C	19.653,48 C	595,56 C			19.057,92 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2010	108.344,80 C	33,33%	36.111,32 C	36.111,32 C	15.848,87 C	15.848,87 C	36.111,32 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2011	47.551,37 C	33,33%	15.848,87 C	15.848,87 C	2.735,02 C	2.735,02 C	15.848,87 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042***	2011	8.205,07 C	33,33%	2.735,02 C	2.735,02 C	2.560,00 C	2.560,00 C	2.735,02 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593207	MASES - Fornecimento e Montagem de Ascensor Hidráulico	2010	12.806,00 C	20,00%	2.560,00 C	2.560,00 C	8.663,26 C	8.663,26 C	2.560,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593301	PRODER - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2010	14.338,52 C	**	2.560,00 C	2.560,00 C	5.010,52 C	5.010,52 C	2.560,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593302	PRODER - Viburas	2012	25.052,62 C	20,00%	5.010,52 C	5.010,52 C	11.441,91 C	11.441,91 C	5.010,52 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593303	PRODER - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2013	94.535,27 C	12,50%	11.441,91 C	11.441,91 C	2.240,00 C	2.240,00 C	11.441,91 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 -Subsídio Carrinhas*	2012	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C	2.240,00 C	5.083,42 C	5.083,42 C	2.240,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 -Subsídio Carrinhas	2013	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C	2.240,00 C	7.453,79 C	7.453,79 C	2.240,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética - 5- Construção	2014	101.668,30 C	5,00%	5.083,42 C	5.083,42 C	840,89 C	840,89 C	5.083,42 C	55.917,57 C	5.083,42 C			50.834,15 C	
593401	Eficiência Energética - 3- Serviços - Estudos Técnicos Específicos	2014	7.453,79 C	100,00%	7.453,79 C	7.453,79 C			7.453,79 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética -55- Equipamento - de Informática, administrativo e básico	2014	3.383,96 C	25,00%	840,89 C	840,89 C			840,89 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
5936	PARES 3		392.494,00 C												
5937	Sala Didática Florinhas de Neve	2020	13.580,00 C							8.165,20 C	2.166,48 C			392.494,00 C	
5938	PRR - MOBILIDADE VERDE	2022	17.432,77 C	20,00%						0,00 C	0,00 C			4.333,55 C	
	...														
	TOTAL SUBS.		3.338.711,81 C		162.837,84 C	80.355,12 C	67.463,61 C	67.463,61 C	67.463,61 C	1.525.796,68 C	57.059,95 C			1.876.402,78 C	

Asses Administrativa
 V. Alves
 F. Alves
 M. Alves

Contabilista Certificado

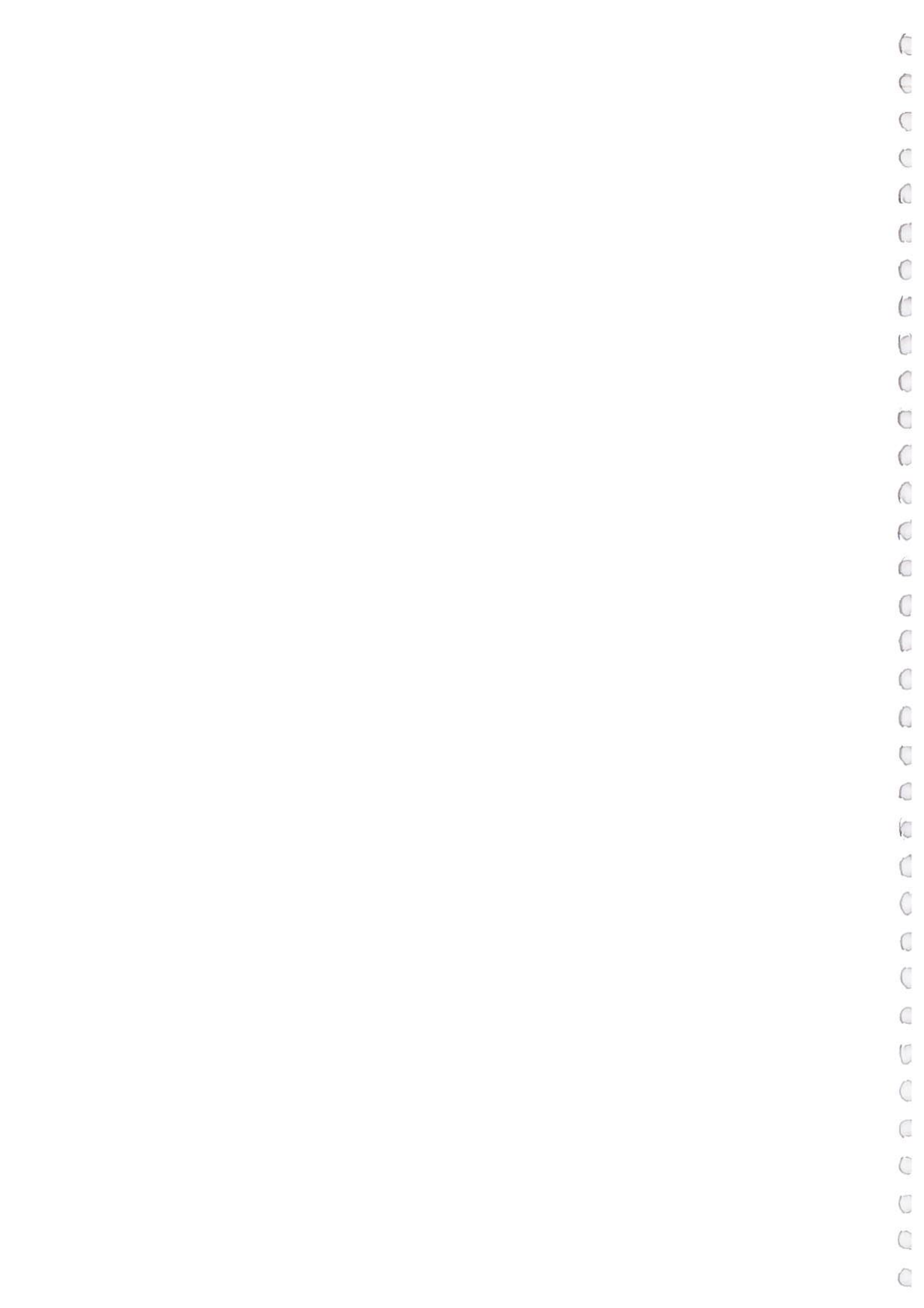
NOTA: O mapa deverá incluir todos os sub-subsídios por regularizar, assim como todos os investimentos por essas subsidiadas e que ainda não estejam completamente amortizadas. Em cada sub-conta só deverá ser registado o valor com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizações com mais taxas de amortização diferenciadas.





Capítulo V

PARECERES





PARECER DO CONSELHO FISCAL ANO 2023

De acordo com as disposições legais aplicáveis, o Conselho Fiscal ou Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, composto pelo seu Presidente, o Irmão Eduardo Luís Varela Rodrigues, pelo Vice- Presidente, o Irmão Agostinho Mourão Quintelas e pelo Secretário -Relator, o Irmão António José Pádua Correia de Azevedo, emite o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do Ano de 2023 e restantes documentos de suporte à respetiva análise, que lhe foram presentes na reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, na Sede Social.

Neste sentido:

1. Foram examinados o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2023; o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa por referência ao ano de 2023 e respetivos anexos;
2. A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado forneceram todos os esclarecimentos que foram solicitados e colocaram à nossa disposição todos os documentos necessários, tendo sido estes suficientes e apropriados para proporcionar uma base para a elaboração do nosso parecer.

O Conselho Fiscal é, assim, de parecer que:

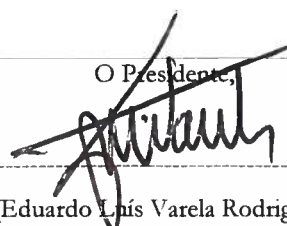
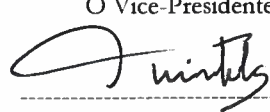
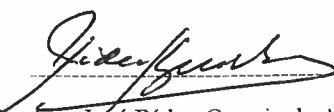
3. O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os Anexos estão elaborados de acordo com as normas legais e refletem a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.
4. Examinámos as demonstrações financeiras da Instituição, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total do ativo de **9 792 187,91 euros** e um total de fundos patrimoniais de **8 472 760,99 euros**, incluindo um **resultado líquido negativo de 311 890,47 euros**), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilistas significativas.

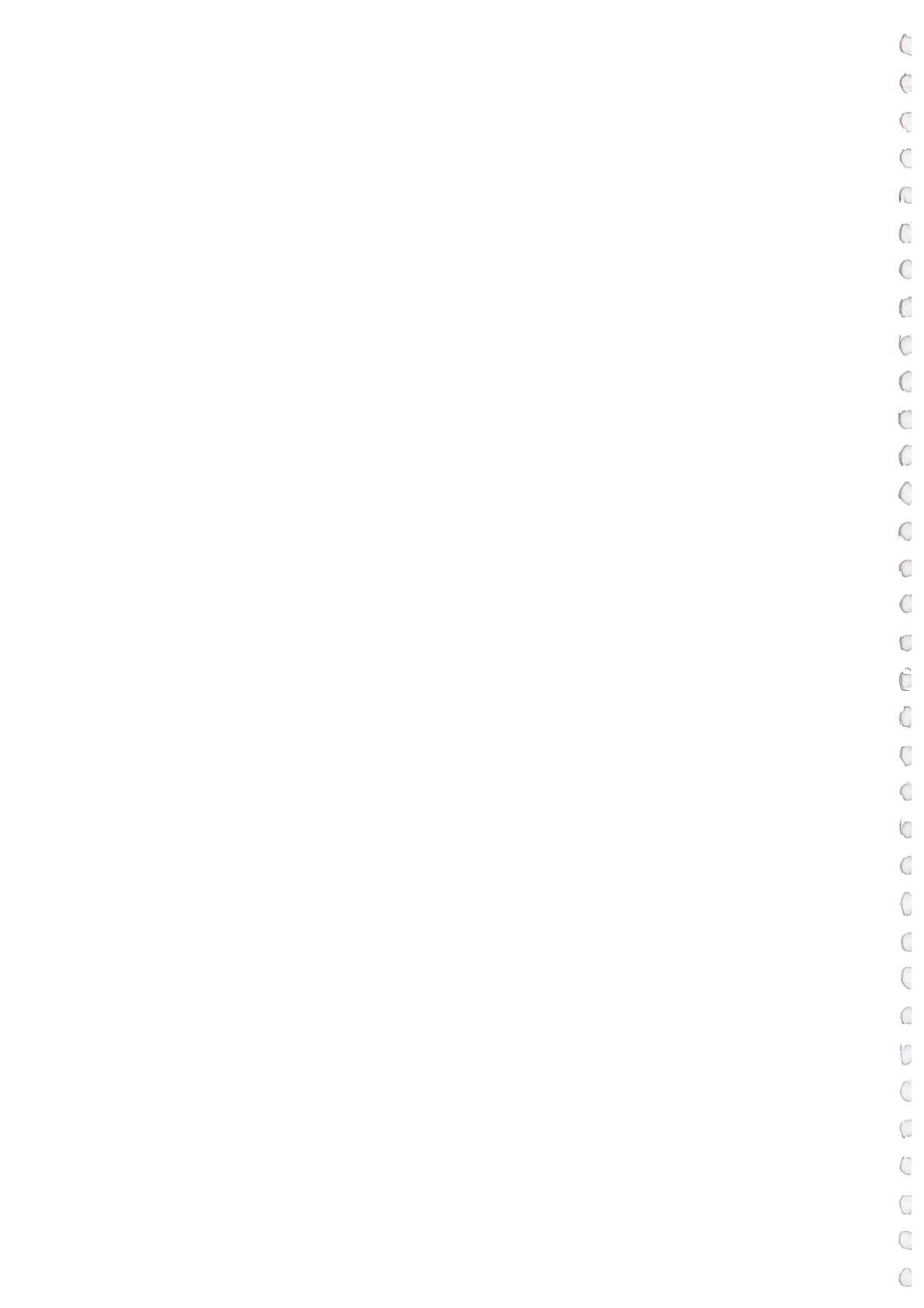
Face ao exposto, é nosso parecer que sejam aprovados:

- ✓ o Balanço, o Relatório de Atividades e de gestão e as contas do exercício de 2023
- ✓ a proposta da aplicação do Resultado líquido do exercício de 2023 no montante de -311 890,47 euros para Resultados Transitados.

Vila Real, 26 de fevereiro de 2024

O Conselho Fiscal

<p>O Presidente,</p>  <p>(Eduardo Luís Varela Rodrigues)</p>	<p>O Vice-Presidente,</p>  <p>(Agostinho Mourão Quintelas)</p>	<p>O Secretário-Relator,</p>  <p>(António José Pádua Correia de Azevedo)</p>
---	---	---



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.792.187,91 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.472.760,99 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 311.890,47 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

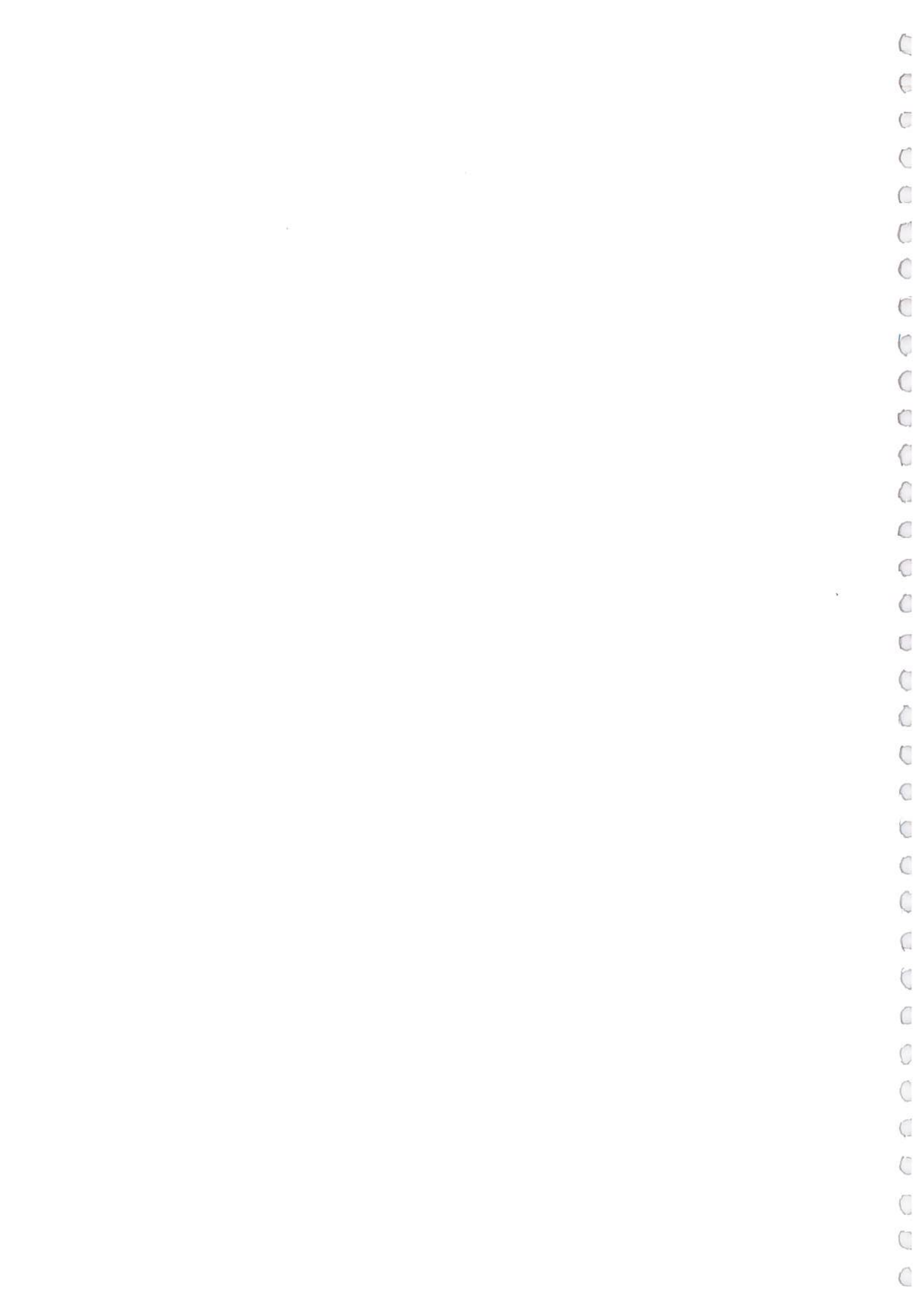
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

- 1) Conforme divulgado na nota 14.7 do anexo às demonstrações financeiras, encontra-se registado na rubrica "Outros ativos correntes" e "Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais" o valor de 392.494 euros, relativo a apoio financeiro a receber no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3ª Geração (PARES 3.0), cuja candidatura foi aprovada, embora o investimento ainda não tenha sido iniciado.
- 2) Em 2023, a Entidade alterou o procedimento que vinha a ser adotado, deixando de refletir na demonstração de resultados os serviços internamente prestados de alimentação e lavanderia às diversas valências, de modo a não sobrevalorizar os gastos e rendimentos. A certificação legal das contas emitida relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022 incluía uma reserva quanto ao impacto deste procedimento.

A nossa opinião não é afetada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

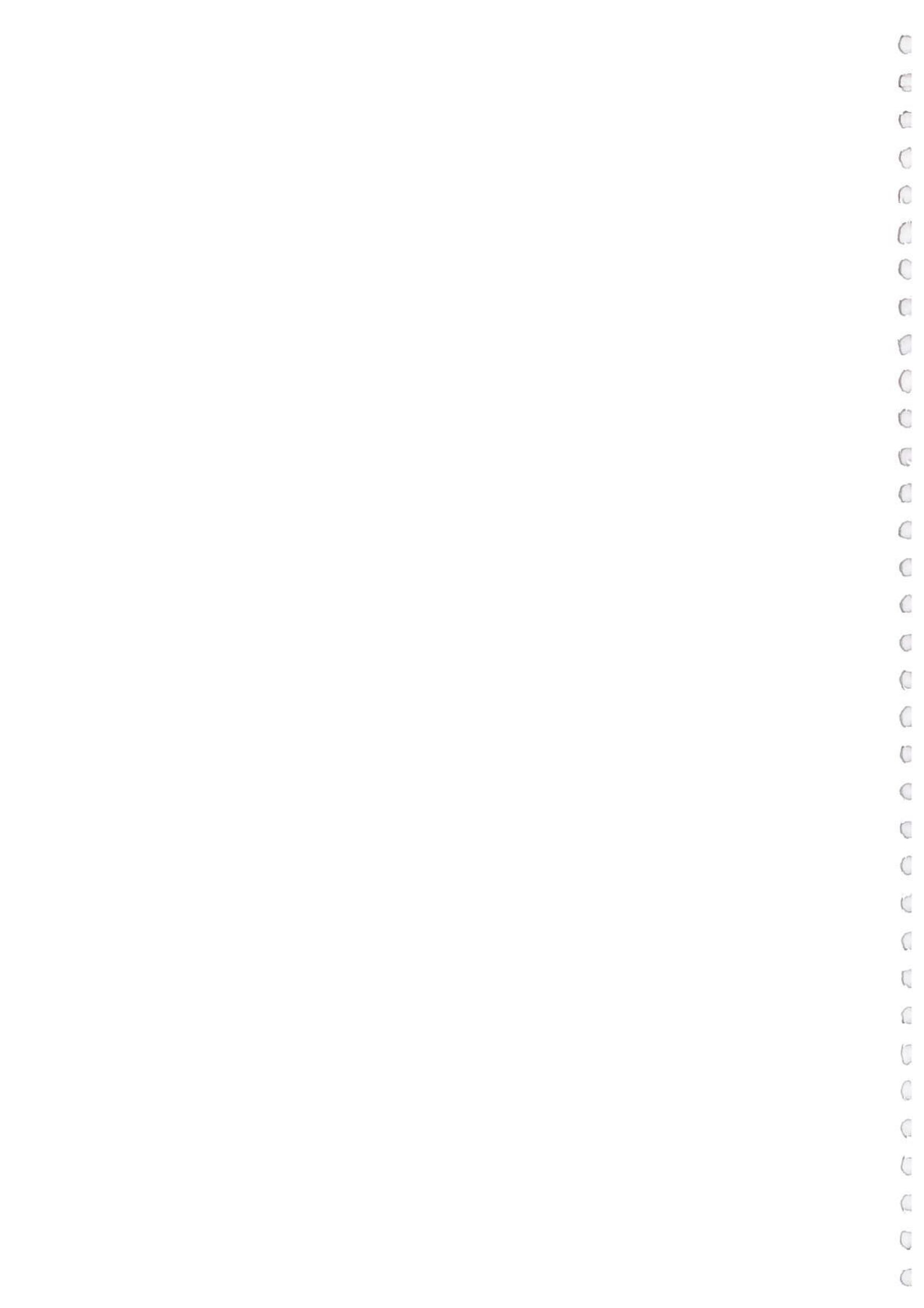
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 21 de março de 2024



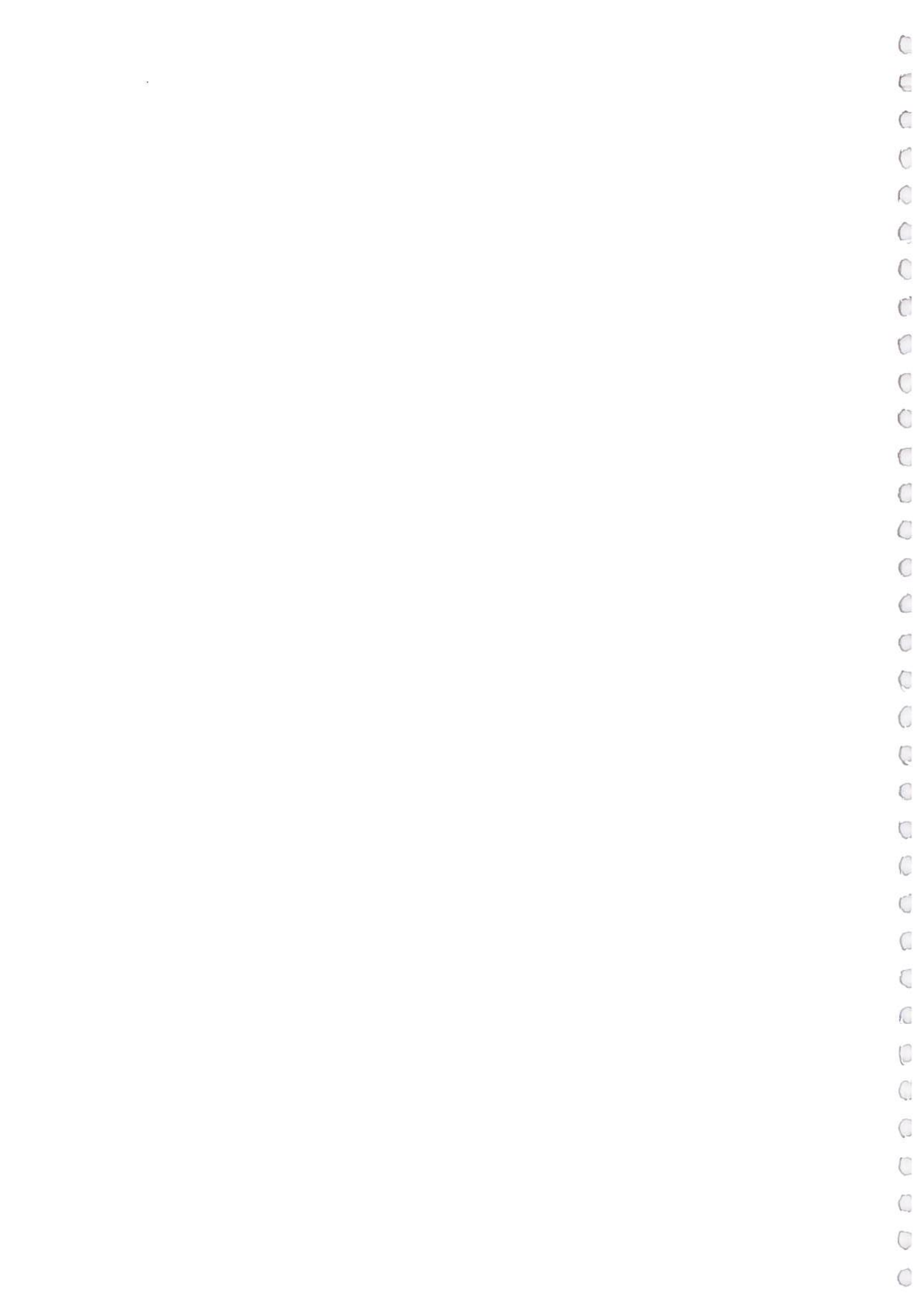
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Representada por Pedro Morais dos Santos





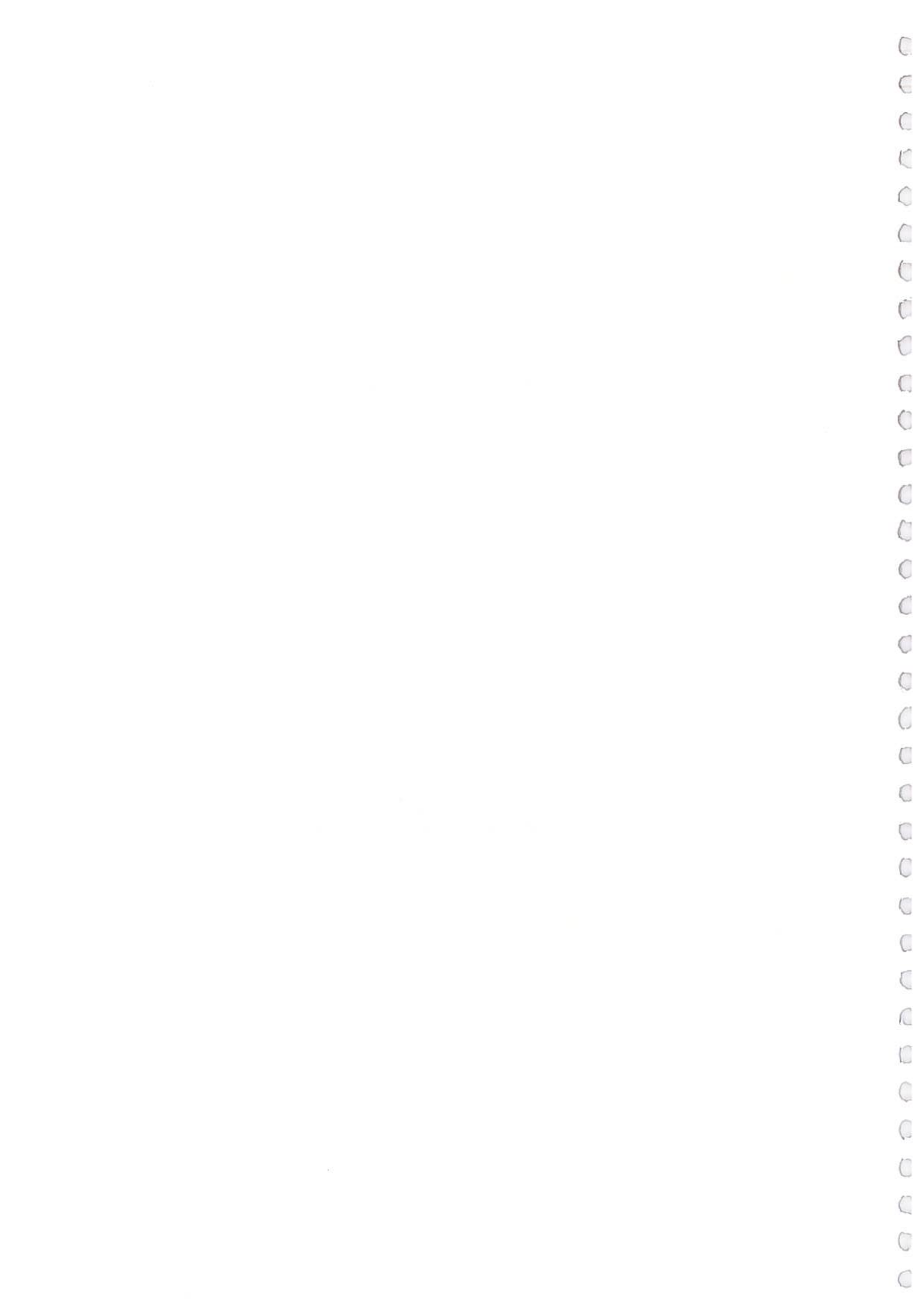
Capítulo VI

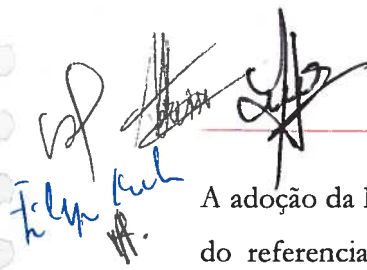
ANEXO À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERIODO DE 2023



Índice do Anexo

Índice do Anexo	2
1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1 Bases de Apresentação	4
3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):	4
3.1.2 Continuidade:	5
3.1.3 Compreensibilidade	5
3.1.4 Relevância	5
3.1.5 Materialidade	5
3.1.6 Fiabilidade	5
3.1.7 Representação Fidedigna	5
3.1.8 Substância sobre a forma	6
3.1.9 Neutralidade	6
3.1.10 Prudência	6
3.1.11 Plenitude	6
3.1.12 Comparabilidade	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.2.1 Fluxos de Caixa	7
3.2.2 Ativos Intangíveis	7
3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis	8
3.2.4 Bens do património histórico e cultural	9
3.2.5 Propriedades de Investimento	10
3.2.6 Investimentos financeiros	11
3.2.7 Inventários	11
3.2.8 Instrumentos Financeiros	11
3.2.9 Fundos Patrimoniais	13
3.2.10 Provisões	13
3.2.11 Financiamentos Obtidos	13
3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos	14
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Ativos Intangíveis	18
7. Financiamentos Obtidos	19
8. Inventários	19
9. Rédito	19
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
12. Benefícios dos empregados	22
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
14. Outras Informações	22
14.1 Investimentos Financeiros	23
14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	23
14.3 Clientes e Utentes	24
14.4 Outros ativos correntes	24
14.5 Diferimentos	25
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	25
14.7 Fundos Patrimoniais	25
14.8 Fornecedores	26
14.9 Estado e Outros Entes Públicos	26
14.10 Outros passivos correntes	27
14.11 Fornecimentos e serviços externos	27
14.12 Outros rendimentos	27
14.13 Outros gastos	28
14.14 Resultados Financeiros	28
14.15 Acontecimentos após data de Balanço	29





A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

1. Identificação da Entidade

1.1 Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
NIPC - 500843090

1.2 Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral
5000-663 Vila Real

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é Associação de Fiéis, reconhecida na ordem jurídica Canónica, cuja finalidade consiste na prática das catorze obras da Misericórdia, tanto Corporais como espirituais, é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 267, Série III de 18-11-1992, e que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (CAE 87301).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração (CAE 86100).

No contexto educacional, exerce a atividade de Educação Pré-escolar (CAE 85100) e de cuidados para crianças sem alojamento (CAE 88910).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

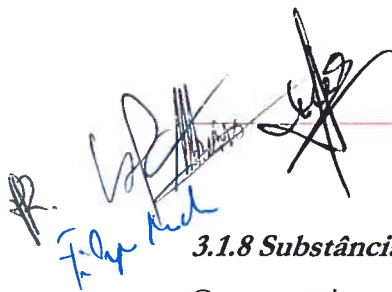
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A Mesa Administrativa deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados, ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes, que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	1-50
Equipamento básico	1-50
Equipamento de transporte	1-5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1-10
Outros Activos fixos tangíveis	1-50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados,

estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que os mesmos estejam em condições de serem utilizadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada das incorporações em causa.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

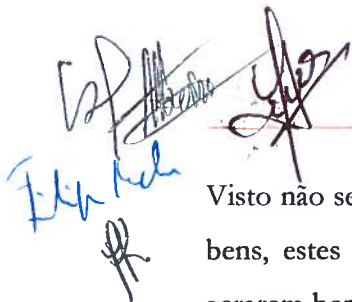
Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.



Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade. Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

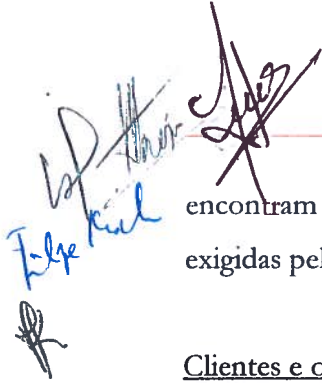
3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se



encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são

Handwritten notes:
Filipe
HR

reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) (Revogada.)
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas prossecução dos fins que justificaram a isenção;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de

tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afecta aos respectivos fins.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. “Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Acresce informar que com efeitos provocados pela alteração à forma de contabilização dos réditos na entidades do setor não lucrativo, relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, a CNC assumiu em novembro de 2023 a seguinte posição:

F. L. Silva
F. L. Silva
F. L. Silva

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).”

Neste sentido e para uma melhor comparabilidade da informação, as contas de 2022 foram reexpressas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
Total	882 776,65	0,00	0,00	0,00	0,00	882 776,65

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
Total	882 776,65	0,00	0,00	0,00	0,00	882 776,65

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	12 851 518,10	207 120,90				13 058 639,00
Equipamento básico	1 197 257,29	22 976,27				1 220 233,56
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	643 102,44	14 757,08				657 859,52
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	480 301,26	128 710,16				609 011,42
Total	15 496 407,57	373 564,41	0,00	0,00	0,00	15 869 971,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	5 784 932,71	294 008,77				6 078 941,48
Equipamento básico	1 091 099,90	6 436,56				1 100 096,73
Equipamento de transporte	154 270,39	2 550,00				156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	582 684,52	21 325,50				601 449,75
Outros Ativos fixos tangíveis	85 735,70	250,47				85 986,17
Total	7 698 723,22	324 571,30	0,00	0,00	0,00	8 023 294,52

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	13 058 639,00	14 846,22				13 073 485,22
Equipamento básico	1 220 233,56	19 716,45				1 239 950,01
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	657 859,52	55 411,74				713 271,26
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	609 011,42	107 152,90				716 164,32
Total	15 869 971,98	197 127,31	0,00	0,00	0,00	16 067 099,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6 078 941,48	297 539,02				6 375 423,68
Equipamento básico	1 100 096,73	10 489,22				1 112 056,69
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	601 449,75	24 442,38				623 331,86
Outros Ativos fixos tangíveis	85 986,17	250,47				86 236,64
Total	8 023 294,52	332 721,09	0,00	0,00	0,00	8 353 869,26



6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostram-se inalteradas em relação ao ano transato:

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301 371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301 371,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301 371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301 371,90

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301 371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301 371,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301 371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301 371,90

7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	167 150,38	267 253,32	434 403,70	10 915,56	87 324,44	98 240,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	167 150,38	267 253,32	434 403,70	10 915,56	87 324,44	98 240,00

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31-12-2022				31-12-2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	63 275,64	329 328,38	2 595,99	55 826,94	372 880,77	0,00	67 787,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	63 275,64	329 328,38	2 595,99	55 826,94	348 960,65	0,00	67 787,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				336 777,08			360 920,71

9. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Ressalvamos que relativamente à contabilização do Rédito, a CNCE aprovou em 24 de novembro de 2023, relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, a seguinte política de contabilização:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se

perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	31/12/2022	Aumentos	Diminuições	31/12/2023
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	54 500,00	0,00	50 000,00	4 500,00
Total	54 500,00	0,00	50 000,00	4 500,00

O aumento/diminuição das outras provisões deve-se ao facto de ter desaparecido o motivo, ou seja o processo que tínhamos em aberto relativamente ao processo judicial em curso intentado contra a Instituição, cujo desfecho, aconteceu em outubro de 2023, com um valor de acordo fixado em 60 000€ a pagar em 12 prestações com início a 01 de novembro de 2023.

O saldo da provisão existente a 31-12-2023 deve-se ao facto de estarmos a prever uma perda desse valor, relativamente a um processo de regularização do enquadramento de uma prestadora de serviços do nosso equipamento Unidade de cuidados Continuados Integrados, que teve de ser enquadrada como colaboradora do quadro, como efeitos retroativos de 3 anos.

Passivos contingentes

Em 2018, a Segurança Social veio reivindicar a dedução de 4.973,81€, correspondentes a transferências pecuniárias que diz ter indevidamente feito para a entidade ao longo do período de 2006 até março de 2016, até ao final de 2020 ainda não haviam dado uma resposta ao nosso pedido de esclarecimento ao respetivo valor, continua suspenso no que diz respeito à cobrabilidade do valor.

Não foi reconhecida provisão a propósito desta situação, sendo aqui encarada como passivo contingente.

Ativos contingentes

A Entidade foi mencionada num testamento por via do qual poderá vir a ser beneficiada com alguns ativos. Não havendo ainda condições para reconhecer tais ativos, tal reconhecimento não foi ainda consumado.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”.

Alertamos para a alteração das políticas de contabilização do rédito evidenciadas na nota 10.

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
Acordos de Cooperação e protocolos	225 490,43	239 685,54
Subsídios Outras Entidades		
Outros Subsídios	71209,35	74790,01
Doações e Heranças		
Donativos em espécie e numerário	3826,94	5452,62
Outros Donativos (processos judiciais)	13110	10330
Consignação Fiscal de IRS e IVA	3440,35	2069,94
Total	317077,07	332 328,11 €

Importa realçar as alterações das políticas de contabilização do rédito para a Entidades do setor não lucrativo:

Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).”



12. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, de 7 elementos. De um período para outro verificou-se a saída de 1 elemento Exmo Sr. Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino tendo sido substituído pelo Exmo Sr. Jorge Armando Pinto Montenegro Machado.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “203” e em 31/12/2022 foi de “200”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 617 596,06	2 366 224,73
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	303,61	33 005,99
Encargos sobre as Remunerações	641 113,59	616 369,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	30 461,34	27 770,68
Gastos de Ação Social	0,00	110 267,48
Outros Gastos com o Pessoal	285 776,62	258 083,76
Total	3 575 251,22	3 411 722,02

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2022 e 2023, foram respetivamente de 8 856,00€ e 8946,60€.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	37 378,28	31 116,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	37 378,28	31 116,79

14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	1 890,00	2 825,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1 890,00	2 825,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2023 e 2022, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Quotas		1 890,00		2 825,00
Total	0,00	1 890,00	0,00	2 825,00



14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	142 238,63	141 746,00
Utentes	49 960,89	63 996,27
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	27 213,79	27 213,79
Utentes	20 938,20	20 938,20
Clientes_ perdas por imparidade acumuladas		
Clientes	-2 802,49	-2 802,49
Utentes	-20 938,20	-20 938,20

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	-2 802,49	-2 802,49
Utentes	-20 938,20	-20 938,20

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos corrente” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações a pagar ao pessoal		171,03
Adiantamentos ao pessoal	12 285,94	11 984,81
Devedores por acréscimos de rendimentos	140 031,30	135 058,32
Adiantamento Fornecedores	3 864,60	3 896,94
Outros Devedores	508 482,62	414 355,88
Perdas por Imparidade	-2 802,49	-2 802,49
Total	661 861,97	562 664,49

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	40 537,68	33 040,11
Outras Despesas Com Custo Diferido	22 153,88	
Total	62 691,56	33 040,11
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	42 251,18	43 151,66
Receitas Utentes/clientes	13 226,13	19 110,59
Atualização de participações		34 075,28
Total	55 477,31	62 262,25

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	761,68	1 303,09
Depósitos à ordem	127 308,15	266 153,53
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	128 069,83	267 456,62

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 516 678,29	0,00	0,00	1 516 678,29
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5 597 951,71	0,00	-442 290,62	5 155 661,09
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 169 372,04	0,00	-57 059,96	2 112 312,08
Total	9 284 002,04	0,00	-499 350,58	8 784 651,46

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Na rubrica Outros Ativos Correntes e nas Outras variações nos fundos patrimoniais encontra-se registado, a 31 de dezembro de 2023, o valor aprovado em candidatura a Fundos Comunitários PARES.3 com o N° 67500, que nos atribuiu a Fundo Perdido o valor de 392 494,00€. À presente data o investimento ainda não foi realizado, tendo sido iniciado o procedimento de anúncio do concurso na plataforma pública de contratação.

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c	102 608,37	104 584,13
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	102 608,37	104 584,13

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13 957,55	17 547,82
Outros Impostos e Taxas	1 205,93	603,52
Total	15 163,48	18 151,34
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19 085,00	37 820,00
Segurança Social	82 204,10	121 243,96
Outros Impostos e Taxas	4 007,12	814,78
Total	105 296,22	159 878,74

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		157,86		-171,03
Adiantamento de utentes		29 421,59		30 513,21
Clientes C/C		1 895,80		1 895,80
Credores por acréscimo de gastos		520 358,64		502 565,39
Outros credores		65 307,43		59 912,87
Total	0	617 141,32	0,00	594 716,24

14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	374 359,12	1 076 050,13
Serviços especializados	292 231,02	279 855,25
Materiais	87 066,45	90 033,72
Energia e fluidos	364 031,99	519 401,08
Deslocações, estadas e transportes	1 282,93	2 968,03
Serviços diversos	91 846,21	67 989,56
Total	1 210 817,72	2 036 297,77

14.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	6 096,88	7 905,27
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	724 831,69	701 714,00
Outros rendimentos	90 257,78	77 174,30
Juros Obtidos		156,88
Total	821 186,35	786 950,45

HR
CP
F. L. M. M. M.
F. L. M. M. M.

14.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	3 216,74	3 706,19
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	10 769,52	72 649,45
Total	13 986,26	76 355,64

14.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	8 423,13	1 080,91
Total	8 423,13	1 080,91
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	156,88	156,88
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	156,88	156,88
Resultados Financeiros	-8 266,25	-924,03

14.15 Acontecimentos após data de Balanço

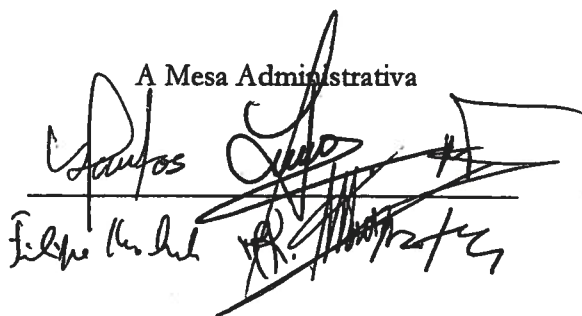
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 26 de fevereiro de 2024

Vila Real, 26 de fevereiro de 2024

A Mesa Administrativa


Filipe Mendes

O Contabilista



